

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	397.507
Preferenciais	0
Total	397.507
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	929.931	888.202
1.01	Ativo Circulante	129.012	121.456
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.633	1.978
1.01.02	Aplicações Financeiras	12.918	3.975
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.918	3.975
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	12.918	3.975
1.01.03	Contas a Receber	92.581	93.394
1.01.03.01	Clientes	92.581	93.394
1.01.03.01.01	Contas a Receber e Fornec. a Faturar	114.084	112.438
1.01.03.01.02	Provisão Para Perdas (Lei 9.430/96)	-16.286	-15.309
1.01.03.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	-5.217	-3.735
1.01.04	Estoques	11.065	10.190
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.322	5.142
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.322	5.142
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.417	6.716
1.01.07.01	Antecipações Salariais	5.873	6.195
1.01.07.02	Despesas Antecipadas	544	521
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	76	61
1.01.08.03	Outros	76	61
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	76	61
1.02	Ativo Não Circulante	800.919	766.746
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	32.001	41.366
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.161	6.786
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	7.161	6.786
1.02.01.03	Contas a Receber	14.463	21.905
1.02.01.03.01	Clientes	14.463	21.905
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.163	2.143
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.163	2.143
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.214	10.532
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.381	6.245
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a Compensar	4.216	4.045
1.02.01.09.05	FGTS não Optantes	243	238
1.02.01.09.06	Despesas Antecipadas	374	4
1.02.02	Investimentos	231	238
1.02.02.01	Participações Societárias	231	238
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	231	238
1.02.03	Imobilizado	745.279	702.340
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	534.872	531.253
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	52.901	56.064
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	157.506	115.023
1.02.04	Intangível	23.408	22.802
1.02.04.01	Intangíveis	23.408	22.802

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	929.931	888.202
2.01	Passivo Circulante	149.910	102.960
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	41.429	26.803
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.909	6.164
2.01.01.01.01	INSS	4.932	4.744
2.01.01.01.02	FGTS	977	1.420
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	35.520	20.639
2.01.01.02.01	Salários e Ordenados	173	122
2.01.01.02.02	Férias	22.825	20.517
2.01.01.02.03	Décimo Terceiro Salário	12.522	0
2.01.02	Fornecedores	27.842	19.302
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	27.842	19.302
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.983	17.964
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.170	17.200
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.934	5.621
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	2.599	3.338
2.01.03.01.03	Cofins	5.812	6.304
2.01.03.01.04	Pasep	1.261	1.368
2.01.03.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Parcelados	411	415
2.01.03.01.06	Cofins S/ Terceiros	99	99
2.01.03.01.07	Pis S/ Terceiros	21	22
2.01.03.01.08	Contribuição Social S/ Terceiros	33	33
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	813	764
2.01.03.03.02	FUNDAP	457	447
2.01.03.03.03	ISS S/ Terceiros	356	317
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	35.798	22.865
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	34.374	21.552
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	34.374	21.552
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.424	1.313
2.01.05	Outras Obrigações	10.312	8.704
2.01.05.02	Outros	10.312	8.704
2.01.05.02.04	Títulos a Pagar - Irmandade	960	1.354
2.01.05.02.05	Adiantamento de Receita	1.424	220
2.01.05.02.06	Consignados a Recolher	1.505	1.182
2.01.05.02.07	Cauções e Valores em Garantia	538	136
2.01.05.02.08	Retenções Processos Trabalhistas	456	537
2.01.05.02.09	Fundo de Arrecadação Auxílio Deficiente	311	282
2.01.05.02.10	Subvenções Governamentais	4.753	4.653
2.01.05.02.11	Outras Contas a Pagar	365	340
2.01.06	Provisões	18.546	7.322
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.546	7.322
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	18.546	7.322
2.02	Passivo Não Circulante	375.716	386.331
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	204.587	227.433
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	149.288	171.052

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	149.288	171.052
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	55.299	56.381
2.02.02	Outras Obrigações	6.754	11.833
2.02.02.02	Outros	6.754	11.833
2.02.02.02.03	Títulos a Pagar	6.160	9.704
2.02.02.02.04	Tributos parcelados	34	1.537
2.02.02.02.06	Depósitos Judicial - Autuação INSS	317	354
2.02.02.02.07	FGTS não Optantes	243	238
2.02.04	Provisões	16.967	27.768
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.967	27.768
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	971
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.274	2.440
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	12.585	23.551
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.108	806
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	147.408	119.297
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	147.408	119.297
2.02.06.03.01	Subvenções Governamentais	147.408	119.297
2.03	Patrimônio Líquido	404.305	398.911
2.03.01	Capital Social Realizado	397.507	355.983
2.03.02	Reservas de Capital	4.458	4.507
2.03.02.07	Correção Monetária Especial	1.680	1.729
2.03.02.08	Doações e Subvenções	2.778	2.778
2.03.04	Reservas de Lucros	0	41.477
2.03.04.01	Reserva Legal	0	2.922
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	35.514
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	3.041
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.340	-3.056

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	135.527	390.491	120.392	355.723
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-85.310	-246.499	-84.356	-229.122
3.03	Resultado Bruto	50.217	143.992	36.036	126.601
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-40.800	-123.121	10.835	-49.305
3.04.01	Despesas com Vendas	-12.781	-37.270	-13.573	-38.656
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-31.494	-98.145	-29.028	-69.852
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.493	12.364	53.448	59.284
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18	-70	-12	-81
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.417	20.871	46.871	77.296
3.06	Resultado Financeiro	-5.927	-14.377	-4.211	-18.109
3.06.01	Receitas Financeiras	2.788	11.864	4.403	10.982
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.715	-26.241	-8.614	-29.091
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.490	6.494	42.660	59.187
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-574	-1.098	-4.327	-9.539
3.08.01	Corrente	-573	-1.118	0	-4.664
3.08.02	Diferido	-1	20	-4.327	-4.875
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.916	5.396	38.333	49.648
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.916	5.396	38.333	49.648
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00734	0,01406	0,10768	0,14753
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00734	0,01406	0,10768	0,14753

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	2.916	5.396	38.333	49.648
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.916	5.396	38.333	49.648

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.955	82.298
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	67.874	118.937
6.01.01.01	Lucro líquido antes do IR e CSLL	6.494	59.187
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	31.516	27.708
6.01.01.03	Custos das baixas do ativo permanente	71	82
6.01.01.04	Provisão perdas realização de créditos	5.155	5.327
6.01.01.05	Provisão créditos liquidação duvidosas	1.482	-2.367
6.01.01.06	IR e CSLL diferidos, líquidos	-20	4.875
6.01.01.07	IR e CSLL ajustados	0	-3.056
6.01.01.08	Juros sobre financiamentos	20.233	22.523
6.01.01.09	Encargos financeiros antecipados	855	3.150
6.01.01.10	Juros s/tributos parcelados - Longo Prazo	26	165
6.01.01.11	Variações monetárias s/financiamentos	1.897	3.367
6.01.01.12	Provisões para contingências	165	-2.024
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	81	-36.639
6.01.02.01	Contas receber e fornecimentos a faturar	1.604	17.027
6.01.02.02	Estoques	-875	-598
6.01.02.03	Contas a pagar fornecedores	4.602	3.225
6.01.02.04	Contas a pagar empregados	18.729	-22.056
6.01.02.05	Receitas (Despesas) antecipadas	811	-451
6.01.02.06	Juros pagos	-20.456	-25.398
6.01.02.07	Pagto./Restituição de IRPJ ou CSLL	-3.959	-7.982
6.01.02.08	Depósitos Vinculados	-375	-406
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-75.124	-33.864
6.02.01	Compra de ativo imobilizado	-75.124	-33.864
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	15.767	-41.590
6.03.01	Financiamentos obtidos	7.503	1.563
6.03.03	Pagamento de dividendos	0	-6.600
6.03.04	Amortização e financiamentos	-17.085	-38.813
6.03.05	Pagamento arrendamentos financeiros	-2.862	-2.446
6.03.07	Subvenções governamentais	28.211	4.706
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.598	6.844
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.953	25.519
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.551	32.363

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	355.983	4.507	41.477	-3.056	0	398.911
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	355.983	4.507	41.477	-3.056	0	398.911
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.396	0	5.396
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.396	0	5.396
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	41.524	-49	-41.477	0	0	-2
5.06.04	Capitalização de Reservas	41.524	-49	-41.475	0	0	0
5.06.05	Dividendos pagos	0	0	-2	0	0	-2
5.07	SalDOS Finais	397.507	4.458	0	2.340	0	404.305

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	320.965	4.563	34.962	0	0	360.490
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	320.965	4.563	34.962	0	0	360.490
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	49.648	0	49.648
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	49.648	0	49.648
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	35.018	-56	-41.562	0	0	-6.600
5.06.04	Capitalização de Reservas	35.018	-56	-34.962	0	0	0
5.06.05	Dividendos pagos	0	0	-6.600	0	0	-6.600
5.07	SalDOS Finais	355.983	4.507	-6.600	49.648	0	403.538

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 30/09/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	419.490	434.438
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	382.072	350.217
7.01.02	Outras Receitas	37.602	80.119
7.01.02.01	Prestação de Serviços	20.023	15.447
7.01.02.02	Redes de Água e Esgoto	5.285	5.469
7.01.02.03	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	12.294	59.203
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	6.453	7.063
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6.637	-2.961
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-112.175	-111.941
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-71.833	-73.624
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.634	-26.706
7.02.04	Outros	-12.708	-11.611
7.02.04.01	Materiais Químicos	-12.708	-11.611
7.03	Valor Adicionado Bruto	307.315	322.497
7.04	Retenções	-31.515	-27.708
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.515	-27.708
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	275.800	294.789
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.864	10.982
7.06.02	Receitas Financeiras	11.864	10.982
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	287.664	305.771
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	287.664	305.771
7.08.01	Pessoal	186.960	156.616
7.08.01.01	Remuneração Direta	133.606	112.483
7.08.01.02	Benefícios	43.518	35.604
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.836	8.529
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	58.210	60.197
7.08.02.01	Federais	53.364	57.033
7.08.02.02	Estaduais	2.741	1.213
7.08.02.03	Municipais	2.105	1.951
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.098	39.310
7.08.03.01	Juros	19.932	21.583
7.08.03.02	Aluguéis	10.857	10.219
7.08.03.03	Outras	6.309	7.508
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.396	49.648
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.396	49.648

Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais)

A Companhia apurou no 3º trimestre de 2013 um lucro líquido de R\$ 2.916, versus R\$ 38.333, registrado no 3º trimestre de 2012. Os comentários que seguem, esclarecem o resultado obtido em relação ao mesmo período do ano anterior:

- 1) A “**receita líquida de vendas**” e serviços evoluiu 12,6% ou R\$ 15.135 em valores absolutos, justificada pelos seguintes fatos:

Descrição	3º trimestre de 2013	3º trimestre de 2012	Variação nominal	Variação percentual
Receita Bruta Fiscal				
Abastecimento de água e saneamento	141.410	130.967	10.443	7,97
Prestação de serviços	9.445	4.266	5.179	121,40
Redes de água e esgoto	1.873	2.081	(208)	(10,00)
	152.728	137.314	15.414	11,23
Descontos, Retificações e Devoluções	(11.370)	(11.719)	349	(2,98)
Contribuições Sobre Vendas e Serviços	(5.831)	(5.203)	(628)	12,07
Total Receita Líquida de Vendas e Serviços	135.527	120.392	15.135	12,57

1.1) “**Abastecimento de Água e Saneamento**”: +R\$ 10.443, pelo reajuste tarifário de 6,65% aplicado a partir de 07 de janeiro de 2013(vide tabela abaixo);

1.2) “**Prestação de serviços**”: +R\$ 5.179, pelo crescimento do faturamento com contratos dos serviços em obras externas, no montante de R\$ 3.051, aliado ao repasse de obras dos sistemas de água e esgoto de empreendedores para a SANASA, conforme contratos de obras, no montante R\$ 1.979;

Volume Faturado de Água e Esgoto (milhares de m³)

Categoria de Uso	Julho a Setembro						Variação %		
	2013			2012					
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Residencial (1)	18.710	15.576	34.286	18.801	15.552	34.353	-0,48	0,15	-0,20
Pública	577	568	1.145	536	535	1.071	7,65	6,17	6,91
Comercial	2.302	2.102	4.404	2.288	2.093	4.381	0,61	0,43	0,52
Industrial	201	248	449	219	279	498	-8,22	-11,11	-9,84
TOTAL	21.790	18.494	40.284	21.844	18.459	40.303	-0,25	0,19	-0,05

Valor Faturado de Água e Esgoto (milhares de R\$)

Categoria de Uso	Julho a Setembro						Variação %		
	2013			2012					
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Residencial (1)	43.960	37.547	81.507	41.254	35.970	77.224	6,56	4,38	5,55
Pública	7.574	7.792	15.366	6.532	6.883	13.415	15,95	13,21	14,54
Comercial	16.607	16.571	33.178	16.585	15.600	32.185	0,13	6,22	3,09
Industrial	2.113	1.801	3.914	2.150	1.915	4.065	-1,72	-5,95	-3,71
TOTAL	70.254	63.711	133.965	66.521	60.368	126.889	5,61	5,54	5,58

Nota:

- 1) A categoria **Residencial** representa os consumos das sub-categorias Residencial-Padrão, Residencial com Ligação Coletiva e Residencial – Pequeno Comércio.

Comentário do Desempenho

- 2) Os “**custos das vendas e serviços**” aumentaram 1,1% ou R\$ 954 (vide quadro abaixo), em consequência dos seguintes fatos:

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	3º Trimestre de 2013 Sistema Operativo			3º Trimestre de 2012 Sistema Operativo			Variação dos sistemas	Variação percentual dos sistemas
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total	2013 – 2012	2013 - 2012
Salários e encargos	25.326	17.955	43.281	23.516	16.333	39.849	3.432	8,61
Materiais de tratamento	2.998	1.639	4.637	2.074	1.472	3.546	1.091	30,77
Materiais gerais	3.331	2.140	5.471	2.749	1.715	4.464	1.007	22,56
Serviços terceirizados	7.926	6.051	13.977	10.919	8.046	18.965	(4.988)	(26,30)
Depreciações	2.093	7.780	9.873	1.974	7.834	9.808	65	0,66
Aluguéis de veículos	312	259	571	269	226	495	76	15,35
Energia elétrica	4.265	1.965	6.230	4.385	1.665	6.050	180	2,98
Outras utilidades	67	67	134	104	73	177	(43)	(24,29)
Impostos, taxas e contribuições	574	102	676	376	339	715	(39)	(5,45)
Aluguel de caminhões ou máquinas e outros custos	1.595	1.286	2.881	1.645	1.273	2.918	(37)	(1,27)
Despesas ativadas	(1.136)	(1.285)	(2.421)	(1.410)	(1.221)	(2.631)	210	(7,98)
	47.351	37.959	85.310	46.601	37.755	84.356	954	1,13

2.1) “Salários e encargos”: +R\$ 3.432, em função dos seguintes acontecimentos: **a)** pelo reajuste salarial de 7%, conforme acordo coletivo da categoria, data base 01 em maio de 2013, e **b)** aumento do quadro de funcionários, para atendimento das demandas dos sistemas operativos de água e esgoto;

2.2) “Material de tratamento”: +R\$ 1.091, pelo aumento dos custos dos produtos químicos empregados no tratamento de água em virtude dos reajustes dos seus preços, conforme segue: **a)** cloreto de polialumínio, 98,7%; carvão ativado, 35,6%; cloro líquido, 24,9% e cloro líquido – tanque, 16,5%;

2.3) “Materiais gerais”: +R\$ 1.007, pela maior requisição e compra de materiais destinados às manutenções de equipamentos e instalações dos sistemas operativos de água e esgoto;

Em contrapartida foi apontada a seguinte queda:

2.4) “Serviços terceirizados”: -R\$ 4.988, pela menor demanda de serviços de recomposição de vias e passeios em relação ao mesmo período do ano anterior, no montante de R\$ 6.598. Por outro lado, teve o crescimento das construções de muro de contenção de gabiões nas margens de rios, no total de R\$ 2.545;

Comentário do Desempenho

- 3) As “**despesas operacionais**” apontaram um crescimento de 3,9% ou R\$ 1.674 (vide quadro abaixo). Seguem abaixo os acontecimentos que determinaram esse resultado:

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	3º Trimestre de 2013			3º Trimestre de 2012			Variação dos sistemas	Variação percentual dos sistemas
	Despesas operacionais		Total	Despesas operacionais		Total		
	Comercial	Administrativo		Comercial	Administrativo		2013 - 2012	2013 - 2012
Salários e encargos	8.693	22.343	31.036	8.371	20.289	28.660	2.376	8,29
Remuneração dos administradores	93	399	492	88	701	789	(297)	(37,64)
Materiais gerais	279	331	610	378	218	596	14	2,35
Serviços terceirizados	969	2.601	3.570	2.235	2.198	4.433	(863)	(19,47)
Depreciações	33	611	644	27	641	668	(24)	(3,59)
Provisão para devedores duvidosos	286	-	286	(435)	-	(435)	721	-
Perdas no recebimento de créditos	2.001	-	2.001	1.954	-	1.954	47	2,41
Multas e encargos sociais / fiscais	-	-	-	-	1	1	(1)	(100,00)
Aluguéis de veículos	117	72	189	103	129	232	(43)	(18,53)
Impostos, taxas e contribuições	21	799	820	(23)	771	748	72	9,63
Despesas bancárias	-	740	740	-	708	708	32	4,52
Outras contingências	-	474	474	-	1.044	1.044	(570)	(54,60)
Processos julgados	-	1.339	1.339	-	231	231	1.108	479,65
Aluguéis de equipamentos de informática e copiadoras	-	397	397	(2)	422	420	(23)	(5,48)
Confraternizações e eventos	-	193	193	-	54	54	139	257,41
Telefone	164	31	195	140	34	174	21	12,07
Despesas gerais	125	1.164	1.289	737	1.587	2.324	(1.035)	(44,54)
	12.781	31.494	44.275	13.573	29.028	42.601	1.674	3,93

3.1) “**Salários e encargos**”: +R\$ 2.376, pelo reajuste salarial de 7%, e dos benefícios de vale refeição e de vale alimentação de 6,68%, conforme acordo coletivo da categoria, data base 01 em maio de 2013, soma-se a isto, a implantação do benefício de vale combustível;

3.2) “**Processos julgados**”: +R\$ 1.108, pelo encerramento de 236 processos cíveis ou trabalhistas no montante de R\$ 1.339, no período atual, contra 25 processos, no total de R\$ 231, registrado no 3º trimestre de 2012;

3.3) “**Provisão para devedores duvidosos**”: +R\$ 721, pelo aumento da inadimplência na carteira de água e esgoto, na soma de R\$ 558 (+R\$ 303, nos valores acima de R\$ 5; +R\$ 196, nos valores acima de R\$ 30 e R\$ 58, nos valores até R\$ 5) e na carteira de prestação de serviços no montante de R\$ 213;

Em contraposição foram apontadas as seguintes movimentações de redução das despesas:

3.4) “**Outras contingências**”: -R\$ 570, pela menor inclusão de processo trabalhistas no período atual (no 3º trimestre de 2013 foram inclusos 9 processos de funcionários próprios e 6 processos de funcionários de terceiros, no total de R\$ 698; versus a entrada, no ano anterior, de 11 processos de funcionários próprios e de 10 processos de funcionários de terceiros, no total de R\$ 981), aliado ao maior número de processos baixados neste trimestre (no terceiro trimestre de 2013 foram baixados o total de R\$ 323, contra R\$ 56 baixados no mesmo período do ano anterior);

Comentário do Desempenho

3.5) “Serviços terceirizados”: -R\$ 863, em função da menor utilização dos serviços de inserções em rádios, jornais e TVs, destinadas a anúncios institucionais e de utilidade pública, na soma de R\$ 1.066;

3.6) “Despesas gerais”: -R\$ 1.035, determinada pela redução de gastos em relação ao mesmo período do ano anterior, quando ocorreram: **a)** -R\$ 354, com o patrocínio da equipe de vôlei Brasil Vôlei Clube e doações a entidades filantrópicas; **b)** -R\$ 182, fim do contrato com o Conselho Nacional de Defesa Ambiental, **c)** -R\$ 142, com indenização a danos a terceiros provocados por rompimentos de redes de água ou esgoto e **d)** -R\$ 72, com cursos e seminários para aperfeiçoamento profissional dos funcionários;

4. As “**outras receitas (despesas) operacionais**”, assinalaram um recuo de R\$ 49.961 em valores nominais (vide quadro abaixo), motivada pelos seguintes acontecimentos.

<i>Descrição</i>	<i>3º Trimestre 2013</i>	<i>3º Trimestre 2012</i>	<i>Variação nominal</i>	<i>Variação percentual</i>
Outras receitas				
Mudança do Benefício Pós Emprego	-	50.076	(50.076)	-
Recuperação de perdas de credores duvidosos	1.282	939	343	36,53
Subvenções Governamentais	1.188	1.163	25	2,15
Termos de autorização de uso	247	255	(8)	(3,14)
Sem par conta corrente	391	392	(1)	(0,26)
Multas contratuais	200	291	(91)	(31,27)
Outros	185	332	(147)	(44,28)
Totais outras receitas	3.493	53.448	(49.955)	(93,46)
Outras despesas				
Resultado na baixa de imobilizado	(18)	(12)	(6)	50,00
Totais das outras despesas	(18)	(12)	(6)	50,00
TOTAL OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	3.475	53.436	(49.961)	(93,50)

4.1) “Mudança do Benefício Pós Emprego”: +R\$ 50.076, pelo reflexo da negociação, ocorrida no 3º trimestre de 2012, da Companhia junto ao Sindicato da Categoria que substituiu, no acordo coletivo com vigência de 2012 a 2014, o benefício pós-emprego de indenização de 6 (seis) salários mais 40% (quarenta) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, pagas de uma só vez, pela implementação do Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI) a ser paga a todos os funcionários que efetuaram sua adesão até 28 de fevereiro de 2013 e que atendam cumulativamente, até 30 de abril de 2014, as seguintes condições: **a)** contenham tempo de serviço na SANASA de, no mínimo 5 (cinco) anos e **b)** sejam elegíveis à aposentadoria, por tempo de contribuição ou por idade. O PAI oferecerá os seguintes pagamentos: **a)** 08 (oito) salários nominais mais a gratificação de função e **b)** valor equivalente a 40% (quarenta) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para fins rescisórios;

Comentário do Desempenho

5. O déficit do **“resultado financeiro”** apresentou um acréscimo de 40,8% ou R\$ 1.716 em valores nominais, segue abaixo o fato que determinou este resultado:

Descrição	3º Trimestre 2013	3º Trimestre 2012	Variação nominal	Variação percentual
Receitas financeiras				
Juros ativos	111	95	16	16,84
Juros de mora sobre arrecadações	1.040	1.034	6	0,58
Variações monetárias de arrecadações	654	626	28	4,47
Rendimentos de aplicações financeiras	498	681	(183)	(26,87)
Descontos obtidos	-	1.925	(1.925)	-
Outras	34	42	(8)	(19,05)
Ajuste a Valor Presente	451	682	(231)	(33,87)
Totais das receitas financeiras	2.788	5.085	(2.297)	(45,17)
Despesas financeiras				
Juros passivos	(6.658)	(6.604)	(54)	0,82
Variações monetárias passivas	(493)	(831)	338	(40,67)
Juros – encargos sociais e fiscais	(39)	(77)	38	(49,35)
Descontos concedidos	(1.029)	(1.066)	37	(3,47)
Despesas de financiamento	(496)	(697)	201	(28,84)
Encargos financeiros sobre fornecedores e outros	-	(21)	21	(100,00)
Totais das despesas financeiras	(8.715)	(9.296)	581	(6,25)
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(5.927)	(4.211)	(1.716)	40,75

- 5.1) **“Descontos obtidos”**: -R\$ 1.925, reflexo do fim de encargos financeiros sobre atraso de pagamento à empreiteira Construções Camargo Correa S/A, registrado no 3º trimestre de 2012;

Comentário do Desempenho

Os números abaixo evidenciam a situação econômico-financeira da Sociedade no 3º trimestre de 2013:

Indicadores econômicos financeiros ^(*)			Variação
	30/09/2013	31/12/2012	
Capital de terceiros sobre o patrimônio líquido.....	130,01	120,96	7,5%
Liquidez geral	0,31	0,33	-6,1%
Liquidez corrente	0,86	1,22	-29,5%
Liquidez seca	0,78	1,11	-29,7%
Liquidez imediata	0,10	0,06	66,7%
Participação de instituições de crédito no endividamento total.....	24,77	26,58	-6,8%

Indicadores econômicos financeiros ^(*)			Variação
	30/09/2013	30/09/2012	
Rentabilidade das vendas.....	2,2%	31,8%	-93,1%
Custos e Despesas Operacionais / Receitas Líquidas	93,1%	61,1%	52,4%
Margem EBTIDA / LAJIDA ^(**)	14,7%	47,6%	-69,1%

(*) Os indicadores econômicos financeiros não foram revisados pelos auditores independentes

(**) LAJIDA : Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações.

Estes indicadores possibilitam a análise dos resultados econômico-financeiros alcançados pela Administração da Companhia, a seguir comentados:

- O crescimento de 7,5% no indicador “Capital de terceiros sobre o patrimônio líquido” deve-se ao avanço do capital de terceiros na ordem de 7,4% em função do aumento dos compromissos a pagar. Já o patrimônio líquido assinalou um aumento de 1,4%;
- Os índices de liquidez geral, corrente e seca apontaram queda em virtude do aumento dos compromissos a pagar, pela transferência integral do benefício do Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI) e início das transferências das parcelas de empréstimos com o Banco Credit Suisse do não circulante para o circulante. Já a liquidez imediata teve um crescimento motivado pelo aumento das aplicações financeiras, em relação a dezembro de 2012 de 144.4%;
- O indicador “Participação de instituições de crédito no endividamento total” teve uma queda de 6,8%, em virtude do discreto crescimento de 0,7% do endividamento com instituições financeiras no 3º trimestre de 2013 em relação a dezembro de 2012. Já os outros compromissos tiveram um aumento de 10,1%;
- O índice de rentabilidade das vendas apresentou uma queda de 93,1%, determinada pelo impacto no resultado provocado pelo fim do benefício pós-emprego de indenização de 6 (seis) salários mais 40% (quarenta) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, pagas de uma só vez, pela implementação do Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI), ocorrido no 3º trimestre de 2012, conforme já esclarecido na nota 4.1;
- O indicador “Custos e Despesas Operacionais / Receitas Líquidas”, por sua vez, aumentou 52,4%, motivado, principalmente pela queda das outras receitas operacionais na ordem de R\$ 49.955, reflexo do fim do benefício pós-emprego, conforme já informado na nota de índice de rentabilidade;
- A margem EBITDA teve uma involução da 69,1%, em virtude, do crescimento dos custos e despesas operacionais, na ordem de 71,5%, reflexo da mudança do benefício pós-emprego, ocorrida no terceiro trimestre do ano anterior, ante ao aumento da Receita de Vendas de Bens e Serviços de 12,6%.

Notas Explicativas

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A - SANASA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

DO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA ou Companhia) é uma sociedade de economia mista, de capital aberto e sem ações negociáveis, desde 29 de abril de 1997, conforme registro obtido perante a CVM, sob o código nº 1624-1. Constituída de acordo com a Lei Municipal nº 4.356, de 28 de dezembro de 1973 que foi regulamentada pelo Decreto nº 4.437, de 14 de março de 1974, com participação majoritária da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) e tem como finalidades principais planejar, executar e operar serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários no Município de Campinas.

Em consonância com a Lei Municipal nº 11.941, de 07 de abril de 2004, foram introduzidas alterações nos objetivos da SANASA, ampliando suas finalidades para: a) fiscalização de instalações prediais de água e esgotos dos imóveis situados no Município de Campinas; b) promoção de educação em saneamento, meio ambiente e áreas correlatas, difundindo os conhecimentos inerentes as suas atividades fins em ações integradas com o Município, com o Estado e com a União.

Através da Lei Municipal nº 13.007, de 18 de julho de 2007, os objetivos da SANASA tiveram novas alterações, ficando autorizada a prestar serviços em qualquer Município localizado no território brasileiro, bem como no exterior, além de poder participar de Companhias públicas ou de sociedades de economia mista, nacionais e internacionais, constituir subsidiárias e coligar-se ou participar de qualquer empresa privada ligada, direta ou indiretamente, ao saneamento básico.

02 – BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 - Declaração de conformidade

As Informações Trimestrais foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das Informações Trimestrais foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 08 de novembro de 2013.

2.2 – Base de mensuração

As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, conforme descrito na nota 6, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado

2.3 – Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Informações Trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4 – Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Informações Intermediárias de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 20 – Provisão
- Nota nº 19 – Benefícios a empregados
- Nota nº 15 – Empréstimos e Financiamentos
- Nota nº 13 – Vida Útil do Ativo Fixo

Notas Explicativas

03 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

a.2) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

a.3) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia.

a.4) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e quitar o passivo, simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método

Notas Explicativas

dos juros efetivos.

a.5) Capital Social

a.5.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo “Valor justo através do Resultado” que abrangem Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo está na nota explicativa 28.

c) Gerenciamento de Risco Financeiro

c.1) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

c.2) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c.3) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

c.4) Administração de Capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

Notas Explicativas

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

- Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 13

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativo intangível

- Ativos intangíveis com direitos de uso

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: a) Permissão de uso de solo e b) Direito de uso de softwares.

- Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, deduzido o valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

g) Ativos arrendados

Um contrato de arrendamento mercantil transfere substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esse contrato é caracterizado como contrato de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos serão depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h) Benefícios a empregados

Notas Explicativas

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego: a) plano de previdência privada complementar de contribuição definida; b) Indenização por aposentadoria e c) assistência médica aos aposentados, cônjuge e dependentes.

h1) Plano de previdência complementar de contribuição definida

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

Quando o benefício do plano é ampliado ao serviço passado do empregado, o valor das parcelas é reconhecido no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

h2) Indenização por aposentadoria

A Companhia concede um Programa de Aposentadoria Incentivada (P.A.I.) a seus funcionários, desde que atendam as condições descritas na nota explicativa nº 19, letra b, que se aposentem por tempo de serviço, por idade ou por invalidez, uma indenização equivalente a 08 salários nominais mais a função gratificada e vigente à época do desligamento, mais o valor equivalente à multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisório paga em uma única vez.

h3) Assistência médica aos aposentados

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais Assistência Médica por um período de 36 (trinta e seis) meses, pós-aposentadoria.

i) Redução ao valor recuperável – *Impairment*

i1) Ativo financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

i2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto os estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável, em 30 de setembro de 2013.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas

k1) Receita de Serviços Prestados

Notas Explicativas

As receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita dos serviços prestados é composta pelas seguintes atividades fins:

- k1.1) Receita com Sistemas de Água: Captação, tratamento, reserva e distribuição de água;
- k1.2) Receita com Sistema de Esgoto: Afastamento e tratamento de esgoto;
- k1.3) Prestação de serviços: Ampliação dos sistemas de água e esgoto;

k2) Receita de Repasse de Obras dos Sistemas de Água e Esgoto

As receitas de construções são reconhecidas pelo mesmo montante dos custos das construções, relativo a obras de sistemas de água e esgoto, repassados por empreendedores.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 R1 - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 646/10. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica no passivo.

m) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras e outras receitas e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros líquidas do desconto a valor presente das provisões, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia, a partir do dia 11 de fevereiro de 2009, ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária, conforme mencionada na nota explicativa nº 20 (f).

A despesa com contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. A contribuição social corrente e diferida é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Notas Explicativas

Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de contribuição social diferida são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

q) Informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos da Companhia estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente, ou tenha informação financeira individualizada disponível.

r) Ajuste a valor presente

As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda condição de pagamento prefixada, nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

04 – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes apresentados no quadro abaixo foram decorrentes do impacto do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, exercício de 2008, sobre a contabilização do ajuste de outros benefícios pós-emprego de acordo com a, NPC 26 - Contabilização dos Benefícios a Empregados, efetuada no exercício de 2010, que conforme deliberação CVM nº 592/09 e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que por se tratar de correção de erro deve ser corrigida nas informações de períodos anteriores apresentadas para fins comparativos.

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2012		
	Anterior-mente apren- - tado	Ajustes	Reapresentado
Passivo			
Circulante	99.904	-	102.960
Obrigações fiscais	14.908	3.056	17.964
Obrigações fiscais federais	14.144	3.056	17.200
Imposto de Renda a Pagar	2.565	2.257	4.822
Contribuição Social a Pagar	-	799	799
Não Circulante	386.331	-	386.331
Patrimônio Líquido	401.967	(3.056)	398.911
Reservas de lucro	41.477	-	41.477
Lucros/prejuízos acumulados	-	(3.056)	(3.056)
Total do Passivo	888.202	-	888.202

	30 de Setembro de 2012		
	Anterior-mente apren- - tado	Ajustes	Reapresentado
Resultado bruto	126.601	-	126.601
Despesas/Receitas Operacionais	(49.305)	-	(49.305)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	77.296	-	77.296
Resultado Financeiro	(18.109)	-	(18.109)
Resultado Antes dos Tributos	59.187	-	59.187
Imposto de renda (corrente)	-	(2.257)	(2.257)
Contribuição Social (corrente)	(1.608)	(799)	(2.407)
Contribuição Social (diferido)	(4.875)	-	(4.875)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	52.704	(3.056)	49.648
Resultado Por Ação Básico e Diluído	0,15661		0,14753

05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	1.633	1.978
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	1.633	1.978

Os valores equivalentes de caixa referem-se a depósitos bancários.

Notas Explicativas**06 – OUTROS INVESTIMENTOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Investimentos circulantes		
Aplicações financeiras	12.918	3.975
Total com aplicações financeiras	<u>12.918</u>	<u>3.975</u>
Investimentos não circulantes		
Aplicações financeiras	7.161	6.786
Total com aplicações financeiras	<u>7.161</u>	<u>6.786</u>
Saldo de Aplicações Financeiras	<u>20.079</u>	<u>10.761</u>

Esses ativos financeiros referem-se basicamente a fundos de renda fixa e aplicações em fundos de investimentos.

Essas aplicações financeiras em CDB's são remuneradas por taxas variáveis de 99,50% a 104,13% do CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha. Os fundos CDI's representam aplicações bloqueadas obtidas junto à Agência Nacional de Águas (ANA), cujas liberações estão atreladas à operação das Estações de Tratamento de Esgoto em atender metas de produtividade e de qualidade. Esses investimentos financeiros também têm sua remuneração atrelada ao CDI, com taxa média de 104,64% do CDI.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

07 – CONTAS A RECEBER E FORNECIMENTOS A FATURAR

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante:		
Água e esgoto – consumidores	82.358	73.054
Água e esgoto – partes relacionadas	5.736	3.695
Fornecimentos a faturar	-	12.387
Contratos de prestação de serviços – consumidores	11.186	10.960
Contratos de prestação de serviços – partes relacionadas	12.039	11.105
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	4.359	3.782
Contratos de parcelamento de débitos – partes Relacionadas	338	2
	<u>116.016</u>	<u>114.985</u>
Menos:		
Provisão para perdas (Lei 9.430/96)	(16.286)	(15.309)
Provisão para devedores duvidosos	(5.217)	(3.735)
Ajustes a valor presente	(1.932)	(2.547)
	<u>(23.435)</u>	<u>(21.591)</u>
Saldo líquido de contas a receber circulante	<u>92.581</u>	<u>93.394</u>
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Não circulante:		
Contratos de prestação de serviços – consumidores	2.075	2.476
Contratos de prestação de serviços – partes relacionadas	12.026	20.323
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	929	956
Contratos de parcelamento de débitos – partes relacionadas	245	1
	<u>15.275</u>	<u>23.756</u>
Menos:		
Ajustes a valor presente	(812)	(1.851)
Saldo líquido de contas a receber não circulante	<u>14.463</u>	<u>21.905</u>
Total	<u>107.044</u>	<u>115.299</u>

Notas Explicativas

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos:

	30/09/2013	31/12/2012
Créditos a vencer	94.875	105.834
Créditos em atraso de 1 mês	11.707	11.832
Créditos em atraso acima de 01 mês até 3 meses	3.123	2.032
Créditos em atraso acima de 03 meses até 6 meses	2.881	1.793
Créditos em atraso acima de 6 meses até 12 meses	3.509	3.221
Créditos em atraso acima de 12 meses	15.196	14.029
Total	131.291	138.741
(-) Provisões	(21.503)	(19.044)
(-) Ajuste a valor presente	(2.744)	(4.398)
Total	107.044	115.299

A provisão para devedores duvidosos que totalizou em 30 de setembro de 2013, R\$ 5.217 (R\$ 3.735 em 31 de dezembro de 2012), e a provisão para perdas no valor de R\$16.286 (R\$ 15.309 em 31 de dezembro de 2012) são registrados com base no histórico de perdas da Companhia.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

08- ESTOQUES

	30/09/2013	31/12/2012
Materiais de aplicação em redes de água e esgoto	7.707	6.893
Materiais de manutenção de redes de água e esgoto	1.172	1.350
Materiais químicos	919	900
Materiais de expediente e consumo	774	598
Outros	493	449
	11.065	10.190

09 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	30/09/2013	31/12/2012
COFINS a compensar (a)	3.424	3.286
INSS a compensar – Cooperativas Médicas (b)	1.911	1.856
IRPJ e CSLL a recuperar (c)	1.339	2.231
Créditos COFINS	829	829
PASEP a compensar (a)	792	760
Créditos PASEP	180	180
Impostos e contribuições retidos – órgãos públicos	63	45
	8.538	9.187
Circulante	4.322	5.142
Não Circulante	4.216	4.045

- a. Em razão da imunidade tributária obtida a partir de 11 de fevereiro de 2009, conforme comentado na nota explicativa nº 20(f), a Companhia mudou o critério de cálculo da COFINS e do PASEP de não cumulativo para cumulativo, a partir de maio de 2010, o que gerou valores a recuperar de COFINS, no montante de R\$ 12.610 e de PASEP no montante de R\$ 2.744, relativo aos exercícios de 2009 (período de fevereiro a dezembro) e 2010 (período de janeiro a março), que posteriormente será realizado mediante compensação com outros tributos federais.

- b. Em julho de 2007, foi registrado o crédito relativo ao INSS a compensar, em função do recolhimento a maior sobre as

Notas Explicativas

faturas da UNIMED, no período de julho de 2003 a julho de 2007, no montante de R\$ 1.454.

- c. Os saldos de IRPJ e CSLL a recuperar são relativos a saldos negativos dos exercícios de 2007 e 2008 referentes às retenções na fonte e pagamentos a maior.

10 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

		30/09/2013		31/12/2012
	Base de Cálculo	Contribuição Social	Total	Total
Provisão para devedores duvidosos	5.217	469	469	336
Benefícios a empregados	25.364	2.283	2.283	2.120
Ajustes (RTT)	(13.469)	(1.212)	(1.212)	(884)
Contingências cíveis	1.108	100	100	73
Contingências fiscais	-	-	-	87
Contingências trabalhistas	5.814	523	523	411
Total		2.163	2.163	2.143

11 – BANCOS – CONTAS VINCULADAS

		Data	Obra	Previsão de Resgate	30/09/2013	31/12/2012
PRODES-034/2002	1	13/12/2002	ETE Sousas	Março/2014 a Dezembro/2015	2.934	2.782
20/308.067-8	2	12/04/2004	ETE Piçarrão	Março/2014	2.102	1.991
150.167-62	2	07/01/2003	ETE Anhumas	Janeiro/2016	909	861
157.950-07	2	12/04/2004	Sistema Anhumas	Abril/2022	241	228
20/308.072-8	2	12/04/2004	Sistema Boa Vista	Julho/2014	223	212
20/308.071-0	2	12/04/2004	Sistema Br.Geraldo	Julho/2014	334	316
20/308.070-2	2	12/04/2004	ETE Sousas	Julho/2021	41	39
20/308.074-4	2	12/04/2004	Sistema Sousas	Junho/2014	233	221
20/308.073-6	2	12/04/2004	Sistema Piçarrão	Junho/2022	27	25
20/299.470-5	2	12/04/2004	ETE Barão Geraldo	Julho/2014	117	111
Saldo total					7.161	6.786
Circulante					-	-
Não circulante					7.161	6.786

Os valores classificados no curto prazo são parte integrante da conta “Aplicações Financeiras” (nota explicativa nº 06)

- **Caixa Econômica Federal – FIF Despoluição Bacias Hidrográficas:** Os resgates iniciais estão vinculados às condições estabelecidas nos Contratos de Pagamento do Esgoto Tratado, firmados com a Agência Nacional de Águas (ANA). A Companhia tem uma obra em andamento vinculada a este programa:
- **Contrato PRODES 034/2002 – ETE Sousas:** Em julho de 2009, a ANA vistoriou a situação da ETE Sousas, verificando estarem suas obras civis em andamento, às quais deverão estar concluídas em 2014. O prazo de conclusão da obra foi alterado para junho de 2013 em virtude da readequação do seu projeto, por isto a Companhia encaminhou, no dia 18 de janeiro de 2013, ofício à Agência Nacional de Águas (ANA), para reprogramação do início do período de certificação da Estação de Tratamento de Esgoto de 01 de junho de 2013 para 01 de janeiro de 2014.

Notas Explicativas

- Caixa Econômica Federal – FIF Capital RF LP Prossaneamento Reserva:** Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio, durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento, cujos recursos destinam-se à regularização de eventual inadimplemento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

12 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/09/2013	31/12/2012
Depósitos judiciais – processos cíveis	1.306	2.094
Depósitos recursais – FGTS	1.142	3.047
Autos de penhoras trabalhistas	596	730
Outros	337	374
	3.381	6.245

13 – ATIVO IMOBILIZADO

	Terrenos e edifícios	Sistemas de Água e esgoto	Veículos, máquinas e equipamentos	Instalações, móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Benfeitorias em imóveis terceiros	Bens em Construção	TOTAL
Custo								
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	133.776	583.393	83.198	231.679	9.440	16.933	115.023	1.173.442
Adições	54	3.328	6.479	1.828	116	-	61.989	73.794
Alienações	-	-	(1.494)	(115)	(67)	-	-	(1.676)
Transferências	884	17.845	123	506	-	148	(19.506)	-
Saldo em 30 de Setembro de 2013	134.714	604.566	88.306	233.898	9.489	17.081	157.506	1.245.560
Depreciação e perdas no valor recuperável								
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(31.882)	(223.708)	(47.308)	(158.033)	(6.764)	(3.407)	-	(471.102)
Depreciação no exercício	(2.285)	(12.765)	(5.147)	(9.395)	(674)	(521)	-	(30.787)
Alienação	-	-	1.435	107	66	-	-	1.608
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Setembro de 2013	(34.167)	(236.473)	(51.020)	(167.321)	(7.372)	(3.928)	-	(500.281)
Valor Contábil								
Em 31 de Dezembro de 2012	101.894	359.685	35.890	73.646	2.676	13.526	115.023	702.340
Em 30 de Setembro de 2013	100.547	368.093	37.286	66.577	2.117	13.153	157.506	745.279

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	Tempo de vida útil estimada
	A partir de 31 de dezembro de 2012 até 30 de setembro de 2013
Sistema Operativo de Esgoto	25 anos
Sistema Operativo de Água	50 anos
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, Relacionado ao Sistema de Esgoto	25 anos
Edificações – Esgoto	25 anos
Edificações – Demais	50 anos
Instalações, Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Máquinas Operatrizes	4 anos

Notas Explicativas

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

- a) As vidas úteis dos edifícios e dos sistemas de água foram revisadas conforme o pronunciamento técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, passando de 25 anos para 50 anos em média, com exceção das edificações pertencentes aos sistemas de esgoto que permaneceram com tempo de vida útil de 25 anos.
- b) Bens em Construção: o total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no 3º trimestre de 2013 foi de R\$ 30.874 (R\$ 15.134 no terceiro trimestre de 2012). Desse montante, destacam-se as obras em andamento: **a)** Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Capivari II lote II; **b)** Sistema de Esgotamento Sanitário Taubaté –Etapa 1; **c)** Troca de Redes de Água na Vila Joaquim Inácio; **d)** Interceptor de Esgoto do Sistema Anhumas – Trecho Santa Cândida; **e)** Sistema de Esgotamento Sanitário no Bairro Satélite Íris e **f)** Sistemas de esgotamento sanitário das regiões Sousas e Joaquim Egídio.

Entre as obras que iniciaram suas operações no terceiro trimestre de 2013, destacou-se: o sistema de exaustão de cloro da Estação de Tratamento de Água 3 e 4.

- c) Provisão para redução ao valor recuperável: foi desenvolvido um relatório de teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1º de novembro de 2008.

Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva.

Através das análises efetuadas, concluiu-se não existir, indicação de uma possível desvalorização dos ativos.

- d) Os juros capitalizados são oriundos de financiamentos obtidos junto ao banco Caixa Econômica Federal com juros de 6,5% e 12% ao ano, para obras dos sistemas de água e esgoto.

Composição da capitalização dos juros por obras:

Banco / Obras	30/09/2013	30/09/2012
Caixa Econômica Federal – ETE		
Sousas	80	74
Itaú BBA – Sistema Boa Vista	-	17
Unibanco – Sistema Joaquim Egídio	18	43
	98	134

14 – ATIVOS INTANGÍVEIS

	Direito de uso de Software	Permissão de uso de Solo	TOTAL
Custo			
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	21.873	6.192	28.065
Aquisições	629	707	1.336
Saldo em 30 de Junho de 2013	22.502	6.899	29.401
Amortização e perdas no valor recuperável			
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(4.785)	(478)	(5.263)
Amortização	(538)	(192)	(730)
Saldo em 30 de Junho de 2013	(5.323)	(670)	(5.993)
Valor Contábil			
Em 31 de Dezembro de 2012	17.088	5.714	22.802
Em 30 de Junho de 2013	17.179	6.229	23.408

Notas Explicativas**15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Passivo circulante		
Empréstimos bancários garantidos	34.374	21.552
Passivos de arrendamento financeiro	<u>1.424</u>	<u>1.313</u>
Total no passivo circulante	35.798	22.865
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários garantidos	149.288	171.052
Passivos de arrendamento financeiro	<u>55.299</u>	<u>56.381</u>
Total no passivo não circulante	204.587	227.433
Total Empréstimos e financiamentos	<u>240.385</u>	<u>250.298</u>

Termos e Cronogramas de Amortização da Dívida

Financiamentos	Vencimento Final	Moeda	Encargos	<u>30/09/2013</u> Valor Contábil	<u>31/12/2012</u> Valor Contábil
Banco do Brasil	2014	R\$	Variação da BTN-TR mais juros de 11,5% a.a.	3.060	7.332
Itaú-Unibanco	2014	R\$	Variação da UPR mais juros de 8,00% a. a.	3.834	8.024
Caixa Econômica Federal	2019	R\$	Variação da UPF e da UPR mais juros de 6,5% a 12,0% a.a.	39.195	44.703
Itaú – BBA	2014		Variação da UPR mais juros de 8,00% a. a.	-	712
Total Financiamentos				<u>46.089</u>	<u>60.771</u>

Finames	Vencimento Final	Encargos	30/09/2013 Valor Contábil	31/12/2012 Valor Contábil
Banco Fibra	2014	R\$ Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP mais juros de 4,80% a 7% a.a.	1.211	1.853
Banco Sofisa	2015	R\$ Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP mais juros de 4,80% a 10,40 a.a.	296	752
Caixa Econômica Federal	2018	R\$ Remuneração Básica BNDES-0,8% aa mais Remuneração CEF-1,7% a.a.	5.884	-
Total Finames			7.391	2.605

Notas Explicativas

Empréstimos	Vencimento Final	Encargos	30/09/2013	31/12/2012
			Valor Contábil	Valor Contábil
Credit Suisse	2018	R\$ Variação de 100% do CDI mais 4% a.a.	100.587	100.505
Caixa Econômica Federal	2018	R\$ Variação de 100% do CDI mais 0,30% a.m.	35.116	35.100
Total de Empréstimos			135.703	135.605
Encargos antecipados			(5.521)	(6.377)
Total de Empréstimos			130.182	129.228
Total de empréstimos e financiamentos			183.662	192.604

Arrendamentos Financeiros	Vencimento Final	Encargos	30/09/2013	31/12/2012
			Valor Contábil	Valor Contábil
Foz de Capivari S/A	2029	Atualização monetária pela variação ponderada do IGPM e TR , conforme contrato, mais juros de 0,95% a.m.	56.562	57.460
Banco Safra	2016	Juros de 4,5% a.a.	161	234
Total de arrendamento financeiro			56.723	57.694

	30/09/2013	31/12/2012
	Valor Contábil	Valor Contábil
Saldo com empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros.		
Circulante	35.798	22.865
Não Circulante	204.587	227.433

Descrição	30/09/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	22.865	227.433	34.583	249.388
Desembolsos	-	7.504	-	36.588
Juros	20.249	-	29.480	-
Atualizações monetárias	1.898	-	4.294	160
Transferências	31.206	(31.206)	62.747	(62.747)
Encargos Financeiros	-	-	(12)	(58)
Transferência encargos financeiro	(856)	856	(5.045)	5.045
Realização encargos financeiro antecipados	856	-	6.229	-
Amortizações	(40.420)	-	(109.411)	(943)
Saldo no final do exercício	35.798	204.587	22.865	227.433

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2013, os empréstimos e financiamentos tinham o seguinte cronograma de amortização:

	2013	2014	2015	2016	2017	Acima de 5 anos	TOTAL
Financiamentos	5.455	13.842	8.353	2.916	2.493	13.030	46.089
Empréstimos	-	22.547	30.569	21.818	21.818	33.430	130.182
Finame	667	2.495	1.537	1.410	1.264	18	7.391
Total	6.122	38.884	40.459	26.144	25.575	46.478	183.662

Os pagamentos futuros mínimos relativos ao arrendamento da ETE Capivari I estão segregados da seguinte forma:

	30/09/2013			31/12/2012		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	1.424	9.232	10.656	1.313	8.721	10.034
De um a cinco anos	9.476	42.881	52.357	8.784	41.000	49.784
Acima de cinco anos	45.823	58.767	104.590	47.597	59.139	106.736
Total	56.723	110.880	167.603	57.694	108.860	166.554

Financiamentos:

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto, com destaque para as Estações de Tratamento de Esgoto. Alguns desses contratos de financiamentos foram captados juntos aos bancos Itaú BBA S.A. e Unibanco, que possuem os seguintes *covenants* financeiros:

- Manter proporção EBITDA sobre o faturamento líquido em no mínimo 25%;
- Manter uma relação entre o EBITDA e o serviço da dívida de no mínimo 1,5;
- Manter uma relação entre o valor do Exigível Total, incluindo-se obrigações decorrentes de operações de arrendamento mercantil financeiro e o patrimônio líquido de no máximo 70/30;
- Manter o faturamento anual de no mínimo R\$ 180.000 (Cento e oitenta milhões de reais) em 2004 e anos seguintes.

Estas operações estão garantidas por notas promissórias, cauções de duplicatas, ativos imobilizados (que compõem os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Campinas), arrecadação tarifária, avais ou quotas do Fundo de Participação dos Municípios da Prefeitura Municipal de Campinas.

Financiamentos FINAME:

As liberações de FINAME são destinadas a aquisições de hidrômetros (garantindo a qualidade da leitura do consumo de água), máquinas, equipamentos, caminhões e máquinas pesadas (retroescavadeiras).

Empréstimos:

No dia 21 de julho de 2010, a Companhia firmou 24 (vinte e quatro) contratos de empréstimos com o Banco Credit Suisse Brasil S.A., através da emissão de Células de Crédito Bancário (CCB's) no montante de R\$ 100.000 e vencimento até 2018, sendo que o desembolso destes empréstimos foram divididos em duas partes: **a)** a primeira no total de R\$ 70.000, foi desembolsada no dia 21 de julho de 2010 e **b)** a segunda parte, na soma de R\$ 30.000 ocorreu no dia 21 de dezembro de 2010. A Companhia aproveitou a liquidez existente no mercado para trocar algumas operações de CCB com a redução de taxas de remuneração dos empréstimos e alongamento do prazo da dívida, mantendo assim a estrutura de capital adequada às necessidades de investimentos.

Com os contratos de empréstimos junto ao Banco Credit Suisse Brasil S.A. a SANASA passou a estar sujeita aos seguintes *covenants*:

- A relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses da emitente não poderá ser superior a:
 - Para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2010 (inclusive), 5,00x (cinco);
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2010 (exclusive) até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2011 (inclusive), 4,50x (quatro vírgula cinco);
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2011 (exclusive) até o trimestre

Notas Explicativas

- encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), 4,00x (quatro); e
- Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (exclusive), 3,50x (três vírgula cinco).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 (doze) meses da emitente não poderá ser inferior a:
- Para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), 1,50x (um vírgula cinco); e
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (exclusive), 2,00x (dois).
- c) A relação entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido da Emitente não poderá ser superior a 1,30x (um vírgula três); e
- d) A relação entre Ativo Circulante e o Passivo Circulante da Emitente não poderá ser inferior a 0,90x (zero vírgula nove).

Em 19 de novembro de 2012, a Companhia firmou contrato de empréstimo com a Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 35.000 (trinta e cinco milhões), com vencimento até 19 de novembro de 2018. O desembolso aconteceu no dia 21 de novembro de 2012. Com a realização deste contrato a Companhia amortizou outros empréstimos para reduzir as taxas de remuneração.

Com o novo contrato de empréstimos junto à Caixa Econômica Federal, a Companhia passou a estar sujeita aos seguintes *covenants*:

- a) Infringência de qualquer obrigação contratual, desde que não sanada no prazo de 15 (quinze) dias;
- b) Existência, a qualquer tempo, de débitos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, vencidos e não pagos, superiores a R\$ 100.000 (cem milhões) em nome da creditada, exceto aqueles que estejam sendo discutidos administrativamente e/ou judicialmente;
- c) O valor total das duplicatas apresentadas à CAIXA for inferior a 130% (cento e trinta por cento) da prestação mensal e
- d) Verificação a qualquer tempo de que as atividades da Creditada geram danos ao meio ambiente, desde que a questão, no âmbito administrativo ou judicial, tenha transitado em julgado para a creditada no sentido de que efetivamente ocorreu o descumprimento da legislação ambiental.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia atendeu a maioria das cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos. As cláusulas não atendidas foram: **a)** Item (a) relativo aos contratos de financiamentos junto aos bancos Itaú BBA S.A. e Unibanco S.A. e **b)** Item (d) do contrato de empréstimo junto ao Banco Credit Suisse Brasil S.A.

Como a Companhia vem honrando com os pagamentos dos respectivos contratos e os credores concordaram, formalmente, antes da aprovação das correspondentes demonstrações contábeis, em não exigir o pagamento antecipado resultante do descumprimento de cláusulas contratuais, a Companhia não transferiu os compromissos do passivo não circulante para o passivo circulante.

Os encargos financeiros correspondem: **a)** Aos serviços de coordenação e estruturação prestados pelo credor da operação ofertada, Banco Crédit Suisse Brasil S.A., no montante de R\$ 9.133; e **b)** Aos encargos financeiros antecipados sobre empréstimos de capital de giro obtidos junto à Caixa Econômica Federal. Esses valores são transferidos proporcionalmente para o resultado, mensalmente, durante toda a vigência contratual.

Arrendamentos Mercantis Financeiros

No final de 2007 a SANASA firmou contrato de arrendamento mercantil com a Capivari Ambiental S.A. (atual Foz de Capivari S.A.) para arrendamento do ativo ETE Capivari I, que estabelece um prazo de locação de 20 anos. O valor registrado no ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2008, foi de R\$ 71.597 e as contrapartidas foram contabilizadas em passivo circulante (R\$ 8.700) e passivo não circulante (R\$ 62.897). Em 30 de junho de 2013 o valor contábil líquido da ETE Capivari I é de R\$ 52.901 (R\$ 56.064 em 31 de dezembro de 2012).

Com o início da operação da ETE Capivari I, a partir de outubro de 2009 a SANASA passou a pagar o valor mensal de R\$ 872 do arrendamento.

Notas Explicativas

16 – TÍTULOS A PAGAR

Em 7 de março de 1991, mediante Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra, a SANASA adquiriu um terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas, doado à Entidade pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, destinado à construção de sua nova sede social.

Através do item 4 do Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra, foi convencionado o preço certo de Cr\$ 500.000.000,00, sendo: 1) Cr\$ 480.000.000,00, em dinheiro; e 2) fornecimento de água tratada aos próprios da Irmandade/Hospital Irmãos Penteado pelo prazo de 30 anos, a contar da data da escritura.

Até 31 de dezembro de 2001, a Administração da SANASA contabilizava os valores pagos a título de aquisição desse imóvel como adiantamento para futura imobilização, incluindo além dos valores pagos em dinheiro (1991 a 1992), os fornecimentos de água / coleta de esgoto do Hospital Irmãos Penteado, referentes ao período de maio de 1989 a dezembro de 2001.

A partir de 1º de janeiro de 2002, adotou-se a seguinte mudança no tratamento contábil, tendo em vista a decisão transitada em julgado: o saldo atualizado desses valores, no montante de R\$ 5.119, correspondente ao período acima citado, foi transferido para a conta definitiva de Terrenos (Ativo Imobilizado), sendo considerado mais do que suficiente para servir como base de valor para esse imóvel.

Em seguida, foi registrado o passivo de R\$ 12.622, resultado da multiplicação de 230 meses restantes, até fevereiro de 2021, pelo consumo/mês fixado, conforme contrato em 4.000 m³ e pela tarifa média de dezembro de 2001 em R\$ 13,72. Tal contabilização foi fundamentada no reconhecimento de uma dívida assumida já que, até o posicionamento do STJ, não se tinha como certa a legalidade da aquisição do terreno. Esse valor refere-se ao custo financeiro da aquisição do terreno, como uma variação monetária atrelada à tarifa da água, no decorrer do período de 1991 a 2001.

Com a finalidade de abater o IRPJ e a CSLL incidentes sobre o Lucro Real gerado por suas atividades, foi reconhecido nos controles dos prejuízos na Parte B do livro LALUR e nos controles internos de Bases de Cálculo Negativas da CSLL, o valor de R\$ 11.593. Isso, baseado no fato de que seus efeitos não seriam diferentes, caso fossem contabilizados em seus respectivos períodos de competência, de acordo com o artigo 26 da Instrução Normativa SRF 51/95.

No mês de junho de 2013, ocorreu mudança do critério de reconhecimento da composição do saldo do compromisso junto ao Hospital Irmãos Penteado que deixou de ser calculado com base no consumo fixo de 4.000 m³, limite fixado em contrato, pelo consumo médio do hospital nos últimos 120 meses. Esta alteração não interfere no direito do hospital Irmãos Penteado de receber até 4.000m³ de água tratada mensalmente, até o final do contrato.

O saldo em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 7.120 (R\$ 11.058 em 31 de dezembro de 2012), cuja abertura entre circulante e não circulante segue abaixo:

	30/09/2013	31/12/2012
Saldo de Títulos a pagar	7.120	11.058
Circulante	960	1.354
Não Circulante	6.160	9.704

17 – PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos do 3º trimestre de 2013, relativos a partes relacionadas, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações de fornecimento de serviços de água e esgoto da Companhia com a sua principal acionista e controladora, a Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), que são realizadas em condições usuais de mercado, bem como pagamento de dividendos.

Os saldos de vendas, serviços contratados e outras movimentações entre a SANASA e a Prefeitura Municipal de Campinas estão detalhados abaixo:

	30/09/2013		31/12/2012	
	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Ativo Circulante	Ativo não circulante
Créditos SANASA (Incluído na nota explicativa nº07)				
- Fornecimento de água e esgoto	5.736	-	3.695	-
- Prestação de serviços	12.039	12.026	11.105	20.323
- Parcelamento de débito	338	245	2	1
	18.113	12.271	14.802	20.324

Notas Explicativas

Fornecimento de água e esgoto: Com prestações de serviços de abastecimento de água e saneamento a SANASA faturou, no 3º trimestre de 2013, junto a PMC e suas Secretarias, o montante de R\$ 5.278 (R\$ 4.867 no 3º trimestre de 2012). Com outros serviços prestados à PMC, a SANASA obteve um faturamento de R\$ 132 (R\$ 92 no 3º trimestre de 2012). Com parcelamento de débitos à PMC, a SANASA obteve um faturamento de R\$ 581 (Já no 3º trimestre de 2012 não houve faturamento)

	30/09/2013		31/12/2012	
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante
Créditos PMC				
- Fundap	457	-	447	-
- ISSQN	356	-	317	-
	813	-	764	-

No 3º trimestre de 2013, a Companhia pagou remuneração total aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal de R\$ 54 (R\$ 49 no 3º trimestre de 2012) e à Diretoria o montante de R\$ 511 (R\$ 570 no 3º trimestre de 2012), que referem-se a benefícios a empregados de curto prazo. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$ 142 (R\$ 137 no 3º trimestre de 2012). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios pós-emprego de previdência privada e outros benefícios, tais como: assistência médica e seguro de vidas para seus Diretores, no total de R\$ 30 (R\$ 33 no 3º trimestre de 2012).

18 – SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	30/09/2013	31/12/2012
Obrigações Trabalhistas		
- Salários e ordenados	173	122
- Provisão para férias	22.825	20.517
- Provisão para Décimo Terceiro Salário	12.522	-
	35.520	20.639
Obrigações Sociais		
- INSS	4.932	4.744
- FGTS	977	1.420
	5.909	6.164
	41.429	26.803

19 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	30/09/2013	31/12/2012
Participações no resultado	5.113	6.731
Previdência privada	654	591
Provisão de benefícios pós-emprego	25.364	23.551
	31.131	30.873
Circulante	18.546	7.322
Não Circulante	12.585	23.551

a) Entidade de previdência privada – Contribuição definida

Em cumprimento ao acordo coletivo de trabalho do período 2004/2006, foi formalizado com a Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS), em 23/12/2004, Convênio de Adesão com a finalidade de instituir o Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA, de Contribuição Definida.

Com 1.008 adesões, o Plano prevê o recolhimento por parte da Companhia, a título de Contribuição Ordinária, do importe mensal de 6% dos salários nominais dos participantes. Os participantes, por outro lado, contribuirão com o percentual de 6% a 8% de seus salários nominais, obedecendo a uma tabela de limites pré-estabelecidos, constantes do Termo de Adesão.

De acordo com o regulamento do Plano, a Companhia oferece aos funcionários que aderiram até 19/04/2005, na condição de participantes fundadores, o pagamento de 50% do serviço passado, valor equivalente a 45% do salário nominal por fração anual de seu tempo de serviço na Companhia, desde a sua admissão. O montante dessa alocação financeira é de R\$ 17.121, financiado junto à PETROS, pelo prazo de 195 meses, com taxa de 6% a.a. mais a variação do INPC/IBGE, conforme Instrumento Particular de Compromisso e Assunção de Obrigações de Constituição Parcial das Reservas do Serviço Passado do Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA e Outras Avenças, assinado em 30 de novembro de 2005.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a situação quanto aos pagamentos realizados das obrigações assumidas ficaram assim:

	Acumulado em:	
	30/09/2013	31/12/2012
Custo do Serviço Passado		
O valor do custo do serviço passado (com juros):	(32.557)	(31.883)
O valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço:	13.957	15.308
Passivo reconhecido	(18.600)	(16.575)
Movimentação do custo do serviço passado		
Passivo líquido no início do exercício	(218)	(206)
Variação do passivo no exercício	(2.025)	(2.549)
Contribuições da patrocinadora pagas no período	2.016	2.537
Passivo líquido	(227)	(218)
Custos e despesas reconhecidas no resultado		
Serviço corrente (com juros)	3.626	4.440
Serviço passado amortizado	2.025	2.549
Total da despesa reconhecida no resultado	5.651	6.989
	30/09/2013	31/12/2012
Saldo do Balanço		
Plano de previdência complementar	426	372
Plano de previdência serviço passado	228	218
	654	590

b) Outros benefícios pós-emprego

- Indenização por aposentadoria

A Companhia substituiu o benefício a seus funcionários que se aposentassem, de uma indenização equivalente a 06 salários nominais mais a função gratificada e vigente à época do desligamento, mais o valor equivalente à multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios, pela implantação de um novo Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI) aos funcionários que atendessem às seguintes condições cumulativamente, até 30 de abril de 2014:

- Contem com tempo de serviço na SANASA de, no mínimo 05 (cinco) anos;
- Seja elegível a aposentadoria por tempo de contribuição (integral ou proporcional) ou por idade;

A indenização do PAI que será paga a todos os funcionários que confirmaram sua adesão, até 30 de novembro de 2012 (data limite estabelecida para a adesão) será composta das seguintes parceladas:

- 08 (oito) salários nominais mais a gratificação, por ocasião do desligamento do empregado do quadro funcional da Companhia;
- Valor equivalente a multa de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de serviço para fins rescisórios.

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia tem contabilizado um passivo de Indenização do Plano de Aposentadoria Incentivada, considerando um total de 182 funcionários que confirmaram adesão ao plano de aposentadoria, o montante de R\$ 12.779 (R\$ 9.017 em 31 de dezembro de 2012).

- Assistência médica

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais Assistência Médica por um período de 36 (trinta e seis) meses.

Notas Explicativas

A Companhia contabiliza um passivo de benefício com assistência médica quando o empregado prestou serviços e terá direito a benefícios a serem pagos no futuro e registra uma despesa na medida em que a Companhia se beneficia dos serviços por eles prestados. Em 30 de setembro de 2013, a Companhia tem registrado passivo de provisão de assistência médica pós-aposentadoria no montante de R\$ 12.585 (R\$14.533 em dezembro de 2012).

A Companhia adota a norma do CPC 33 - Plano de Benefícios a Empregados e NPC 26 – Contabilização de Benefícios a Empregados. Para os benefícios de Indenização por aposentadoria e Assistência médica.

No 3º trimestre de 2013, foi revista a taxa de desconto para apuração dos benefícios pós-emprego (Plano de Aposentadoria Incentivada e Assistência Médica), adotando uma taxa real de desconto dos benefícios pós-emprego de 3,5%, considerando as projeções para metas inflacionárias e a rentabilidade dos títulos NTN-B (Notas do Tesouro Nacional). Anteriormente a Companhia adotava uma postura conservadora, não utilizando uma taxa de desconto.

c) Participação no Resultado

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho e com o que determina a Lei 10.101/2000, a SANASA manteve o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR), baseado em metas operacionais e de redução de custos previamente estabelecidas. O montante dessa participação para o 3º trimestre de 2013 foi de R\$ 3.072 (R\$ 2.501 no 3º trimestre de 2012).

20 – PROVISÕES

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração da SANASA, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2013			31/12/2012		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhistas	5.814	(2.540)	3.274	4.571	(2.131)	2.440
Fiscais	-	-	-	971	-	971
Cíveis	1.108	-	1.108	806	-	806
Total	6.922	(2.540)	4.382	6.348	(2.131)	4.217

Processos Trabalhistas: Referem-se basicamente a reclamações envolvendo adicional de insalubridade e periculosidade, equiparações salariais, horas extras, além de pretensas irregularidades nos contratos de trabalho (terceirizados). O valor provisionado de R\$ 5.814 é composto por: **a)** 79 processos de funcionários de empresa terceirizada, no montante de R\$ 4.153 e **b)** 50 processos de funcionários próprios na soma de R\$ 1.661. Não foram provisionados, por não representarem chances possíveis de perdas, 252 reclamações de funcionários próprios e terceirizados, no montante de R\$ 9.867;

Processos Fiscais: Em julho de 2007, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com pedido de Liminar com intuito de suspender a exigibilidade do crédito tributário das contribuições PASEP e COFINS sobre os clientes inadimplentes, permitindo assim que os valores de vendas que transformadas mensalmente em clientes incobráveis, em razão do inadimplemento, fossem excluídas da base de cálculo de tais contribuições. Em agosto de 2007, foi concedida liminar pleiteada, garantindo à Companhia a exclusão das receitas inadimplidas da base de cálculo do PASEP e COFINS. Em novembro de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) através do julgamento do Recurso Extraordinário (RE 586482), entendeu, por maioria dos votos que deve incidir PASEP e COFINS sobre as vendas inadimplidas. Assim, por orientação do escritório de advocacia Lima Junior Advogados e Consultores, responsáveis por esta ação, a Sociedade passou a não mais excluir da base de cálculo do PASEP e COFINS as receitas inadimplidas e provisionar o valor de R\$ 971, devido as chances de perda ter mudado de possível para provável.

Nos exercícios de 2011 e 2012, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas, lançou de ofício os valores de PASEP E COFINS referentes ao período de julho de 2007 a dezembro de 2010, através dos Autos de Infrações 10.830.724.822/2011-21, 10.830.723.882/2012-16, 10.830.723.884/2012-05 e 10.830.723.883/2012-52, com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, inciso IV do CTN, com o intuito de prevenir a decadência.

Em 24 de abril de 2013, a Companhia quitou os débitos deste processo, devido a ação ter sido julgada improcedente.

Processos Cíveis: Os casos mais frequentes são os de restabelecimento de ligações de água, desapropriações e

Notas Explicativas

indenizações por danos em imóveis, compostos por 36 processos no total de R\$ 1.108. Não foram contabilizadas provisões de 508 processos no montante de R\$ 41.063 por não representarem chances possíveis de perdas.

A movimentação das provisões para contingências no exercício encerrado em 30 de setembro de 2013 tem a seguinte composição:

Descrição	30/09/2013			31/12/2012		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo Inicial	806	4.571	971	443	5.122	971
Adição à provisão	426	2.523	-	373	2.261	-
Utilização	(124)	(1.280)	(971)	(10)	(2.812)	-
Saldo no Final	1.108	5.814	-	806	4.571	971

Não foram reconhecidas provisões de processos que, segundo posicionamento das assessorias jurídicas interna e externa, possuem chances de êxito, possíveis ou prováveis. Dentre estes, os principais são:

- a) **Fiscais e previdenciárias:** No dia 11 de dezembro de 2007 a SANASA tomou ciência de Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD) e Autos de Infrações (AI), nas quais apontaram créditos de encargos sociais de R\$ 4.254 e R\$ 1.349, respectivamente, totalizando R\$ 5.603, entre principal e multa, resultantes da auditoria fiscal da Previdência Social que ocorreu entre os períodos de 06 de março a 03 de dezembro de 2007, relativo aos exercícios de janeiro de 1997 a setembro de 2007.

No período de 24 de novembro de 2008 a 01 de julho de 2009 a auditoria fiscal da Previdência Social em questão gerou 04 (quatro) Autos de Infrações (AI) que registraram créditos de encargos sociais no montante de R\$ 7.647 entre principal, multa e juros.

A SANASA manejou, tempestivamente, recursos administrativos ainda pendentes de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes da Secretaria da Receita Federal do Brasil).

- b) **Ambientais:** Ação de Execução de Obrigação de Fazer, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, através do Senhor Promotor de Justiça do Meio Ambiente de Americana, objetivando compelir a SANASA a realizar obras dos sistemas de tratamento de esgotos em Campinas, representado pela provisão de multa diária de 0,001% ao dia sobre o valor da Ação de Execução, em R\$ 130.

Este processo deixou de ser provisionado em virtude de que a SANASA vem cumprindo o acordo celebrado nos autos da ação de execução de fazer.

- c) **Processos tributários de IRPJ e CSLL:**

- No período de agosto de 2005 a fevereiro de 2006, a Delegacia da Receita Federal em Campinas enviou intimações solicitando esclarecimentos e documentação hábil sobre uma compensação a maior de prejuízo fiscal na DIPJ/2002, ano calendário 2001, devidamente atendidas sobre a contabilização em pauta, todas devidamente respondidas nos prazos fixados pela fiscalização. Isso, decorrente dos efeitos contábeis originados pela aquisição do terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas, onde se localiza a sede social da Companhia, conforme citado na nota explicativa nº 16 – Títulos a Pagar.

Em 17 de março de 2006, foi aberto mandado de procedimento fiscal estendendo a fiscalização para toda a tributação do período de 2001 a 2005, incluindo as contribuições COFINS e PASEP. A partir de março de 2006, mais 4 (quatro) intimações foram expedidas pela Secretaria da Receita Federal (SRF), encerrando-se o processo em julho de 2006.

Finalmente, em 08 de agosto de 2006 a Administração foi cientificada dos Autos de Infração do IRPJ e CSLL, apontando os créditos tributários de R\$ 9.823 e R\$ 2.393, respectivamente, totalizando R\$ 12.216, entre principal, multa e juros. Tais autos de infração foram acompanhados do Relatório de Ação Fiscal, onde expõem as pretensas razões de tratamento contábil/fiscal irregular.

Em 06 de setembro de 2006, a Companhia apresentou à Delegacia de Julgamentos da Receita Federal de

Notas Explicativas

Campinas sua impugnação, sendo que em 18 de outubro de 2006, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento apresentou acórdão considerando procedentes as exigências fiscais relativas ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em 22 de novembro de 2006, foi protocolado recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, ainda pendente de julgamento. Não foi efetuada provisão, tendo em vista que a assessoria jurídica responsável pela defesa entende haver possível chance de êxito quanto à reversão da posição. Soma-se a este entendimento o recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais.

Em setembro de 2010, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP enviou intimações solicitando esclarecimentos e documentação hábil sobre a compensação a maior do prejuízo fiscal na DIPJ/2007, ano calendário 2006 devidamente atendidas e respondidas nos prazos fixados pela fiscalização. Fiscalização também decorrente dos efeitos contábeis originados pela aquisição do terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas. Em 22 de setembro de 2011 a Sociedade foi cientificada dos Autos de Infração do IRPJ e CSLL, apontando os créditos tributários de R\$ 370 e R\$ 399, respectivamente, totalizando R\$ 769, entre principal, multa e juros. Em 21 de outubro de 2011 a Companhia apresentou a Delegacia da Receita Federal de Julgamento sua impugnação a qual aguarda ser julgada.

- **Processo Tributário de IRPJ e CSLL:** Em conformidade com jurisprudência sedimentada no STJ, sobre os juros de mora recebidos a título de natureza indenizatória não sofrerem incidência de IRPJ e CSLL, a Companhia em 08 de julho de 2011 ingressou com medida judicial para ter tal benefício através do Processo 0008571-70.2011.403.6105, sendo o valor da causa o montante de R\$ 16.491.

No dia 13 de julho de 2011 foi deferido o pedido de liminar determinando a exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os valores recebidos a título de juros de mora proveniente dos acréscimos legais das faturas inadimplidas referente aos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, mediante depósito integral e em dinheiro dos valores cobrados a esse título da impetrante.

Em 13 de setembro de 2011 foi denegada a segurança pleiteada após defesa apresentada pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas. A Companhia em 19 de setembro de 2011 interpôs Embargos de Declaração, o qual aguarda ser julgado.

- d) Processo cível sobre monopólio dos serviços de correios:** Em 21 de fevereiro de 2008, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ingressou com ação contra a SANASA e Lotus Serviços Técnicos Ltda. perante a 8ª Vara Federal de Campinas (processo nº 2008.61.05.001731-7), alegando violação de monopólio postal, em virtude da SANASA ter contratado a Lotus para prestar serviços de entrega de faturas de água/esgoto e avisos. A ECT pleiteia indenização de R\$ 20.989 a título de danos materiais (lucros cessantes). No dia 28 de abril de 2008, a Companhia fez a defesa contra essa pretensão. Como a questão do monopólio encontrava-se ainda pendente no Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria Jurídica entendia que a possibilidade de perda do processo era remota. Em 21 de maio de 2009 foi proferida sentença considerando a prescrição para parte dos valores pretendidos e ainda, no período admitido, acolheu somente parcela do faturamento tida como lucro efetivo. No dia 05 de agosto de 2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu manter o monopólio postal da ECT (esta decisão acerca do monopólio ainda poderá ser objeto de embargos declaratórios para esclarecimentos de obscuridade quanto à definição do conceito de alguns serviços, objeto da demanda), fato que reforça os fundamentos da sentença proferida nesta ação de indenização. Por esta razão, conforme entendimento da Procuradoria Jurídica, a possibilidade de perda do processo alterou de remota para possível, porém com substancial redução do valor pretendido. Dessa forma, estima-se que o valor possível de perda é de R\$ 562, considerando que a margem líquida da ECT foi de 6,7% em 2011, conforme balanço publicado. Vale destacar ainda que, mantida a sentença, o valor da condenação deverá ser suportado tanto pela SANASA quanto pela Lotus.
- e) Processo cível de ação de cobrança:** Em 13/09/1999 a empresa Jafet Tommasi Sayeg Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda. propôs em face da SANASA ação de cobrança (Processo Judicial Cível nº 114.01.1999.028866-7, 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas) pretendendo o seguinte: cobrança do custo de tonelagem de estrutura metálica por alteração de projeto; cobrança do custo de mobilização por prorrogação da obra; cobrança da correção monetária dos atrasos de pagamentos; cobrança do reajuste contratual de valores faturados; deu a causa à época o valor de R\$ 623.679,87 (seiscentos e vinte e três mil seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos); a SANASA contestou a ação, e por fim a ação foi julgada improcedente em 19 de dezembro de 2001, em seguida a Jafet apelou para o Tribunal de Justiça que invalidou a sentença e determinou prova pericial, isso foi em 05 de maio de 2006; após a pericia houve nova sentença agora em 13 de março de 2012 a ação foi julgada novamente improcedente, sendo que em 19 de outubro de 2012 foi recebida apelação da Jafet pleiteando a reforma da sentença, com o objetivo de receber

Notas Explicativas

a soma de R\$ 7.643,970,36 (sete milhões seiscentos e quarenta e três mil novecentos e setenta reais e trinta e seis centavos – dará base outubro de 2010) a seguir a SANASA foi intimada a apresentar contrarrazões ao recurso, o que já foi feito. Após recebimento das contrarrazões o processo será remetido ao Tribunal de Justiça de São Paulo para apreciação do recurso. O subscritor da presente entende que há 50% de possibilidade de sucesso, diante de duas decisões favoráveis a SANASA. No dia 26 de fevereiro de 2013 o processo foi encaminhado para o Tribunal de Justiça para julgamento do recurso de apelação.

- f) **Imunidade Tributária Federal:** Em virtude do recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária, relativa ao Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PASEP, às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, a Companhia, em 14 de novembro de 2008, ingressou com medida judicial para se beneficiar da referida imunidade através do Processo 2008.61.05.011866-3. Por se tratar de uma contingência ativa, este processo somente será reconhecido nas demonstrações financeiras quando seu ganho for praticamente certo.

No dia 11 de fevereiro de 2009 foi deferida parcialmente a tutela antecipada nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2008.03.00.048892-3, em trâmite perante o egrégio Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª região. Com isto a Companhia ficou desobrigada de apurar e recolher impostos federais a partir de fevereiro de 2009. Em 29 de janeiro de 2010 foi julgado parcialmente procedente o pedido da Companhia, reconhecendo-se a imunidade tributária e condenando a Receita Federal à restituição das quantias pagas indevidamente. Em 19 de abril de 2010 a União Interpôs Recursos de Apelação, ficando a matéria na pendência de decisão por parte do egrégio Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª região, permanecendo válidos os efeitos da Tutela Antecipada anteriormente acolhidos.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, é de entendimento da administração da Companhia ser provável a chance de êxito neste processo, bem como não haver obrigação legal alusiva a impostos, pelo benefício constitucional concedido às empresas prestadoras de serviços públicos essenciais.

Em junho de 2012, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas, lançou de ofício os valores de IRPJ referentes ao ano-calendário 2009 e 2010 através do Auto de Infração 10.830.723.881/2012-63, com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, inciso IV do CTN, com o intuito de prevenir a decadência.

- g) **Imunidade Tributária Estadual:** Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, em 26 de janeiro de 2010 a SANASA ingressou com medida judicial perante a Justiça Estadual que, nos Autos do Recurso de Agravo de Instrumento (Processo nº 990.10.066671-1), em trâmite perante o Egrégio Tribunal de Justiça, deferiu tutela antecipada desobrigando a Companhia o recolhimento do IPVA. Em 10 de maio de 2010 o órgão colegiado decidiu por julgar totalmente improcedente o referido Recurso. Em 10 de junho de 2010, a SANASA interpôs Recurso Extraordinário, o qual se foi negado seguimento. O processo foi remetido a Vara de Origem para possível arquivamento.
- h) **Imunidade Tributária Municipal:** Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, e considerando ainda que a SANASA teve reconhecido tal direito perante o E. Tribunal Regional Federal da 3ª. Região, em 06 de abril de 2010, foi requerido perante a Prefeitura Municipal de Campinas (Protocolo nº 10/10/12211), o reconhecimento da referida imunidade, sendo tal pedido acolhido conforme publicação no Diário Oficial do Município em 15 de maio de 2010, ficando a SANASA imune a Impostos Municipais.
- i) **Fator Acidentário de Prevenção (FAP):** Considerando as alterações trazidas pelo Decreto nº. 6.957/2009, a SANASA impetrou um Mandado de Segurança para deixar de recolher o FAP (Fator Acidentário de Prevenção), requerendo ainda, a restituição/compensação dos valores pagos nos anos de 2010 e 2011.

O processo está tramitando perante a 8ª Vara Federal em Campinas sob o nº. 4071-58.2011.4.03.6105. Inicialmente foi deferida em parte da medida liminar para que na apuração do FAP sejam excluídas as Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT), sendo que, posteriormente foi denegada a segurança em 1ª Instância. A SANASA recorreu da decisão e o processo se encontra no Tribunal Regional Federal (TRF3) para julgamento do recurso de apelação.

- j) **Verbas Indenizatórias:** Considerando a jurisprudência majoritária de nossos Tribunais Superiores, a SANASA impetrou um Mandado de Segurança para que seja declarada a inexigibilidade das contribuições previdenciárias incidentes sobre as seguintes verbas indenizatórias: a) quinze (15) primeiros dias de afastamento da atividade laboral de funcionário, antes da concessão do auxílio doença e/ou auxílio-acidente; b) aviso prévio indenizado; c) adicional de horas extras d) Seguro Acidente do Trabalho (SAT); e) terceiros (INCRA, SESI, SENAI, SEBRAE e salário-educação); f) 13º salário; e; g) 1/3 de férias.

Notas Explicativas

A probabilidade de êxito nessa ação é provável, uma vez que esse tem sido o entendimento majoritário no STJ. O processo está tramitando perante a 4ª Vara Federal em Campinas sob o nº. 0015922-60.2012.4.03.6105. Em 11/01/2013 foi deferida em parte a liminar em parte suspendendo a exigibilidade das contribuições supras mencionadas com exceção das horas extras, motivo pelo qual, recorreremos da decisão. Em 10 de junho de 2013, houve sentença concedendo a segurança em parte, sendo acolhido o pedido da SANASA para deixar de recolher as verbas previdenciárias sobre: a) Os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do funcionário doente/acidentado, b) Aviso prévio indenizado, c) SAT, d) Terceiros (INCRA, SESI, SENAI, SEBRAE, e Salário Educação) e e) 1/3 de férias, bem como compensação dos últimos 5 (cinco) anos. Em 06 de junho de 2013 a SANASA apelou da decisão em relação a Adicional de horas extras e processo será remido ao Tribunal Regional Federal (TRF3) para julgamento do recurso de apelação.

- k) ICMS sobre Energia Elétrica:** Considerando o entendimento sumulado no STJ (Súmula 391), a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória de Cobrança Indevida de ICMS sobre demanda de energia contratada e não consumida, requerendo a exclusão da base de cálculo, bem como a restituição dos últimos 5 anos. A probabilidade de perda é remota em razão de a matéria estar sumulada, ou seja, entendimento pacificado no STJ.

O processo está tramitando perante a 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas sob o nº. 0089120-86.2012.8.26.0114 e em 08 de janeiro de 2013 o Juiz acolheu o pedido de tutela antecipada, determinando que seja oficiada a CPFL acerca da decisão e a citação do Governo do Estado de São Paulo para, querendo, contestar a ação. A Companhia aguarda a citação do Estado e possível contestação.

- l) Juros de Mora:** Em conformidade com jurisprudência sedimentada no STJ, sobre os juros de mora recebidos a título de natureza indenizatória não sofrerem incidência de IRPJ e CSLL, a Companhia em 08 de julho de 2011 ingressou com mandado de Segurança para ter tal benefício através do Processo 0008571-70.2011.403.6105, sendo o valor da causa o montante de R\$ 16.491.

No dia 13 de julho de 2011 foi deferido o pedido de liminar determinando a exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os valores recebidos a título de juros de mora proveniente dos acréscimos legais das faturas inadimplidas referente aos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, mediante depósito integral e em dinheiro dos valores cobrados a esse título da impetrante.

Em 13 de setembro de 2011 foi denegada a segurança pleiteada após defesa apresentada pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas. A Companhia em 19 de setembro de 2011 interpôs Embargos de Declaração e posteriormente recurso de apelação o qual aguarda ser julgado no Tribunal Regional da 3ª Região.

21 – RECEITA DIFERIDA

• Subvenções Governamentais

A Companhia obteve da União, no terceiro trimestre de 2013, recursos no montante de R\$ 11.253 (R\$ 2.965 no terceiro trimestre de 2012) oriundos do Orçamento Geral da União, destinados à infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e saneamento. As liberações desses recursos estão atreladas à aprovação das medições das obras pela Caixa Econômica Federal. Também obteve recursos do Governo do Estado (Secretaria do Meio Ambiente) provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), no valor de R\$ 646 (R\$ 892 no 3º trimestre de 2012). A liberação deste recurso está atrelada à aprovação do Cronograma físico-financeiro, planilha de orçamento e medições da obra pelo Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO). Os encerramentos dessas obras e início de suas operações estão previstas no decorrer dos exercícios de 2013 a 2015. Segue, abaixo, a descrição dos principais investimentos e as origens dos recursos.

- a) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).**

São destinados a execução de ações relativas ao Programa de Intervenções em favelas (Saneamento Integrado), no Município de Campinas.

Obra	Recurso (*)	Valor liberado	Data de Término
Sistema de esgoto Viracopos	27.893	19.734	Dezembro de 2014
Subtotal	27.893	19.734	

Com o término das obras do Sistema de esgoto Parque Oziel e início de sua operação, o montante investido de R\$

Notas Explicativas

9.467 passou a ser apropriado ao resultado a partir de dezembro de 2010 visto que já foi concluída e está em operação.

Obra	30/09/2013	31/12/2012
Sistema de esgoto Viracopos (obra em andamento)	19.734	19.729
Sistema de esgoto Parque Oziel	8.124	8.476
Circulante	470	470
Não Circulante	27.388	27.735

b) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Capivari II.

Destinou-se à execução da obra da Estação de Tratamento do Capivari II, na região do Campo Grande, encerrada e entregue em abril de 2012 e já em operação. O montante dos recursos destinados a esta obra estão sendo reconhecido no resultado na proporção da vida útil estimada dos seus bens imobilizados

Obra	30/09/2013	31/12/2012
ETE Capivari II	55.603	58.418
Circulante	3.753	3.753
Não Circulante	51.850	54.665

c) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Capivari II (2º módulo).

Destina-se à execução da ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário Capivari II – 2º módulo, no Município de Campinas, no âmbito do Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto, Ação e Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas.

Obra	Recurso (*)	Valor liberado	Data de Término
ETE Capivari II (2º módulo)	93.452	41.088	Junho de 2015
Subtotal	93.452	41.088	
Obra	30/09/2013	31/12/2012	
ETE Capivari II (2º módulo)	41.088	14.057	
Circulante	-	-	
Não Circulante	41.088	14.057	

d) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Tem a finalidade de transferir recursos financeiros da União para execução de obras de apoio à melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários, na região do aeroporto de Viracopos, no município de Campinas. Estes recursos começaram a ser apropriados ao resultado a partir de outubro de 2011, tendo em vista que as obras já foram encerradas e está em operação.

Obra	30/09/2013	31/12/2012
Sistema de água na região de Viracopos	3.881	3.941
Circulante	81	81
Não Circulante	3.800	3.860

Notas Explicativas

e) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ).

Destina-se a transferir recursos financeiros do consórcio PCJ para a execução das obras de substituição de redes de água e esgotamento sanitário em bairros de Campinas.

Obra	Recurso (*)	Valor liberado	Data de Término
Estação de Tratamento de Esgoto San Martim	9.518	2.499	Setembro de 2014
Estação de Tratamento de Lodo das ETA's III e IV	4.654	2.755	Dezembro de 2013
Substituição de Rede de Água Vila Joaquim Inácio	4.329	590	Abril de 2014
Subtotal	18.501	5.844	

As obras de troca de rede de água das regiões do bairro Castelo Branco, Liceu/Chapadão e Jardim Leonor e do sistema de esgoto do Bairro Santa Cândida foram encerradas, e estão operando normalmente. Já os recursos governamentais destinados a estes investimentos estão sendo apropriados ao resultado proporcionalmente ao tempo de vida útil destes imobilizados (sistema de água 50 anos e sistema de esgoto 25 anos).

Obra	30/09/2013	31/12/2012
Estação de Tratamento de Esgoto San Martim (Obra em andamento)	2.499	2.498
Estação de Tratamento de Lodo das ETA's III e IV (Obra em andamento)	2.755	2.277
Substituição de Rede de Água Vila João Inácio (Obra em andamento)	590	-
Troca de redes de água Liceu – Chapadão	2.079	1.893
Troca de redes de água Cruzeiro – Jardim Leonor	1.700	1.541
Sistema de esgoto Bairro Santa Cândida	1.483	1.534
Troca de rede de água do Bairro Castelo Branco	1.671	1.698
Circulante	181	104
Não Circulante	12.596	11.337

f) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Programa de aceleração do Crescimento (PAC) Sistema de Esgotamento Sanitário Taubaté.

Destina-se à execução da ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário Capivari II Taubaté 1ª Etapa, no Município de Campinas, no âmbito do Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto, Ação e Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Sistema Esgotamento Sanitário Taubaté	17.642	2.148	Outubro de 2014
Subtotal	17.642	2.148	

Obra	30/09/2013	31/12/2012
Sistema Esgotamento Sanitário Capivari II – Taubaté – 1ª Etapa	2.148	-
Circulante	-	-
Não Circulante	2.148	-

Notas Explicativas

g) Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

Destina-se a transferir recursos financeiros oriundos do Tesouro Estadual, disponibilizados pela Lei Orçamentária Estadual à Secretaria de Meio Ambiente (SMA), em obras de preservação do meio-ambiente.

Obra	Recurso (*)	Valor liberado	Data de Término
Desenvolvimento e implantação de sistemas de informação	550	487	Outubro de 2013
Sistema de esgotamento sanitário Santa Bárbara	4.230	2.113	Dezembro de 2013
Desenvolvimento de análise de amostra água bruta	340	258	Julho de 2014
Substituição de Rede de Água Chapadão	4.606	646	Dezembro de 2015
Subtotal	9.726	3.504	

Com o termo de entrega definitivo aprovado em 02 de março de 2012, as obras de troca de rede de água do Bairro Proença foram encerradas, com isso, o total investido de R\$ 2.344 passou a ser apropriado ao resultado.

Obra	30/09/2013	31/12/2012
Troca de rede de água do Bairro Proença	2.270	2.305
Circulante	47	47
Não Circulante	2.223	2.258

As obras da Estação de Tratamento de Esgoto do Bosque das Palmeiras foram concluídas e definitivamente entregue à Companhia em maio de 2012, desta forma o montante liberado de FEHIDRO, passou a ser reconhecido no resultado mensalmente.

Obra	30/09/2013	31/12/2012
Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Bosque das Palmeiras	1.105	1.144
Circulante	51	51
Não Circulante	1.054	1.093

h) O recurso do Governo do Estado, através de sua Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, destinado à implantação de ações de uso racional da água no âmbito do Programa Estadual de Apoio à Recuperação de Água – REÁGUA.

Obra	30/09/2013	31/12/2012
REÁGUA - Escolas	111	-
Circulante	23	-
Não Circulante	88	-

i) O recurso do Governo do Estado para a construção da ETE Barão Geraldo, no montante de R\$ 2.416, passou a ser apropriado ao resultado, a partir de setembro de 2009, visto que a obra da ETE foi concluída e já está operando.

Obra	30/09/2013	31/12/2012
Saldo Subvenção da ETE Barão Geraldo	1.816	1.925
Circulante	146	146
Não Circulante	1.670	1.779

Os valores já investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado em conta contábil de obras em andamento. Foi

Notas Explicativas

também reconhecido no balanço patrimonial, passivo de igual valor, o qual será apropriado ao resultado quando a obra estiver concluída e entrar em operação, em bases lineares proporcionais ao período de depreciação desses investimentos. No terceiro trimestre de 2013 foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 1.188 (R\$ 1.163, no terceiro trimestre de 2012), conta outras despesas/receitas operacionais.

22 – CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social é composto de 397.507.089 ações ordinárias, sem valor nominal, em 30 de setembro de 2013 (355.982.688 ações em 30 de setembro de 2012).

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 26 de abril de 2013, os Acionistas autorizaram a Companhia a aumentar o seu capital social com a utilização de reservas de capital, e lucros. Os recursos para o aumento foram decorrentes da capitalização de R\$ 35.513 da reserva de lucros retidos para investimentos, R\$ 3.041 da reserva de incentivo governamental, R\$ 2.921 da reserva legal de 2012 e de R\$ 49 da reserva de Correção Especial (Lei nº 8.200/91), realizada em 2012, perfazendo o total de R\$ 41.524.

ACIONISTA	Quantidade de Ações	Participação
PMC	397.473.907	99,991651900%
COHAB	6.635	0,001669200%
EMDEC	6.635	0,001669200%
SETEC	6.635	0,001669200%
LAURO PÉRICLES GONÇALVES	6.635	0,001669200%
OZAIR RIZZO	6.635	0,001669200%
HAMILTON BERNARDES JUNIOR	1	0,000000300%
ARLY DE LARA ROMÃO	1	0,000000300%
PEDRO CLAUDIO DA SILVA	1	0,000000300%
SÍLVIO ROBERTO BERNARDIN	1	0,000000300%
IVAN NEY PASSOS LIMA	1	0,000000300%
WANDERLEY DE ALMEIDA	1	0,000000300%
TEXANO ROQUE DE OLIVEIRA	1	0,000000300%
TOTAL	397.507.089	100,000000000%

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da SANASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 6% do resultado líquido, ajustado de acordo com a legislação societária.

c) Lucro por ação Básico e Diluído

O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, no período de janeiro a setembro de 2013 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias, comparativamente com o mesmo período do ano de 2012, conforme quadro abaixo:

	Básico		(Reapresentado)	
	3º Trimestre	30/09/2013	3º Trimestre	30/09/2012
Lucro líquido do exercício	2.916	5.396	38.333	49.648
Média ponderada de ações	397.507	383.666	355.983	336.529
	0,00734	0,01406	0,10768	0,14753

Notas Explicativas

			Diluído (Reapresentado)
	3º Trimestre	30/09/2013	3º Trimestre
			30/09/2012
Lucro líquido do exercício	2.916	5.396	38.333
Média ponderada de ações	397.507	383.666	355.983
	0,00734	0,01406	0,10768
			0,14753

d) Reservas de lucros

- Reserva Legal**

É constituída com base em 5% do lucro líquido apurada em cada exercício social, nos termos da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

23 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As informações abaixo representam a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

Descrição	3º trimestre de 2013	3º trimestre de 2012
Receita Bruta Fiscal		
Abastecimento de água e saneamento	141.410	130.967
Prestação de serviços	9.445	4.266
Redes de água e esgoto	1.873	2.081
	152.728	137.314
Descontos, Retificações e Devoluções	(11.370)	(11.719)
Contribuições Sobre Vendas e Serviços	(5.831)	(5.203)
Total Receita Líquida de Vendas e Serviços	135.527	120.392

A Companhia reconhece receitas de construções pelo mesmo montante dos custos das construções, relativo a obras de sistemas de água e esgoto, repassados por empreendedores. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pelo ICPC 01 Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção de obras de infraestrutura no sistema de água e esgoto não existindo margem de lucro, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

24 – RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	3º trimestre de 2013	3º trimestre de 2012
Receitas financeiras		
Variações Monetárias Ativas		-
Juros ativos	111	95
Juros de mora sobre arrecadações	1.040	1.034
Variações monetárias de arrecadações	654	626
Rendimentos de aplicações financeiras	498	681
Descontos obtidos	0	1.925
Outras	34	42
Ajuste a valor presente	451	682
Totais das receitas financeiras	2.788	5.085

Notas Explicativas

	3º trimestre de 2013	3º trimestre de 2012
Despesas financeiras		
Juros passivos	(6.658)	(6.604)
Variações monetárias passivas	(493)	(831)
Juros – encargos sociais e fiscais	(39)	(77)
Descontos concedidos	(1.029)	(1.066)
Despesas de financiamento	(496)	(697)
Encargos financeiros sobre fornecedores e outros	-	(21)
Totais das despesas financeiras	(8.715)	(9.296)
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(5.927)	(4.211)

25 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	3º trimestre de 2013	3º trimestre de 2012
Outras receitas		
Alteração critério benefícios empregados	-	50.076
Recuperação de perdas de credores duvidosos	1.282	939
Subvenções Governamentais	1.188	1.163
Termos de autorização de uso	247	255
Sem par conta corrente	391	392
Multas contratuais	200	291
Outros	185	332
Totais outras receitas	3.493	53.448
Outras despesas		
Resultado na baixa de imobilizado	(18)	(12)
Totais das outras despesas	(18)	(12)
TOTAL OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	3.475	53.436

26 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**Demonstração dos impostos e contribuições a recolher.**

	Tributos	
	30/09/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Obrigações Fiscais Federais		
Imposto de renda	4.620	4.822
Contribuição social	313	799
Cofins	4.370	4.651
Pasep	948	1.009
Imposto de renda retido na fonte	2.599	3.338
Cofins parcelado	1.443	2.632
Pasep parcelado	313	571
Contribuição social parcelado	445	761
Outros	153	154
Total	15.204	18.737

Notas Explicativas

	30/09/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Obrigações Fiscais Municipais		
ISS sobre serviços de terceiros	356	317
FUNDAP	457	447
Total	813	764
Total Obrigações Fiscais	16.017	19.501
Circulante	15.983	17.964
Não circulante	34	1.537

A Administração da SANASA provisiona as parcelas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimentos dos tributos com base na estimativa mensal. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e seus valores registrados no terceiro trimestre de 2013 e no terceiro trimestre de 2012 estão apresentados a seguir:

Demonstração da conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado:

	30/09/2013		30/09/2012 (reapresentado)	
	Imposto de Renda (*)	Contribuição social	Imposto de Renda	Contribuição social
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes:				
Lucro antes dos impostos	-	6.494	-	53.476
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(6.600)
	-	6.494	-	46.876
Alíquota dos tributos	25%	9%	25%	9%
Impostos calculados à alíquota nominal	-	584	-	4.219
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:				
Permanentes (doações e outras)	-	249	-	109
Reserva especial realizada	-	3	-	3
Temporárias	-	(160)	-	(4.529)
Parcela do lucro de órgãos públicos	-	442	-	1.191
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	-	-	615
	-	1.118	-	1.608
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:				
Constituição de contribuição social diferida	-	(584)	-	(447)
Reversão de contribuição social diferida	-	564	-	5.322
	-	1.098	-	6.483

Obs:

(*) O imposto de renda foi calculado apenas sobre o lucro apurado até fevereiro de 2009 em virtude do processo da imunidade tributária obtida através do Agravo de Instrumento emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

27 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia não tem política para contratação de seguros em função das características de suas operações serem multilocalizadas. Alguns ativos da Companhia, como veículos da frota, máquinas operatrizes e alguns equipamentos mantidos em certos canteiros de obra, contam com seguros contra eventuais sinistros.

28 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Classificação dos Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Notas Explicativas

30 de Setembro de 2013				
	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	1.633	-	-	1.633
Aplicações financeiras	20.079	-	-	20.079
Contas a receber de clientes	-	107.044	-	107.044
Passivo				
Financiamentos	-	-	183.662	183.662
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	56.723	56.723
Fornecedores	-	-	27.842	27.842
Total	21.712	107.044	268.227	396.983

31 de Dezembro de 2012				
	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	1.978	-	-	1.978
Aplicações financeiras	10.761	-	-	10.761
Contas a receber de clientes	-	115.299	-	115.299
Passivo				
Financiamentos	-	-	192.604	192.604
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	57.694	57.694
Fornecedores	-	-	19.302	19.302
Total	12.739	115.299	269.600	397.638

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 para os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas, bem como para o grupo de Custo Amortizado que abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia, valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 (R1) para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1)– Instrumentos Financeiros – Evidenciação, nº 28A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

30 de Setembro de 2013				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	1.633	-	1.633
Aplicações financeiras	-	20.079	-	20.079
Total	-	21.712	-	21.712

Notas Explicativas

	31 de Dezembro de 2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	1.978	-	1.978
Aplicações financeiras	-	10.761	-	10.761
Total	-	12.739	-	12.739

As operações da SANASA estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a SANASA adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. O total da exposição da Companhia sobre o risco de crédito, no valor de R\$ 107.044 em 30 de setembro de 2013 e R\$ 115.299 em 31 de dezembro de 2012 e a idade dos vencimentos estão apresentados na nota explicativa nº 7. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 30 de setembro de 2013, era de R\$ 21.503 (com as maiores incidências nas categorias: a) residencial das ligações coletivas de núcleos residenciais e favelas em 33,4% e b) na categoria comercial com os hospitais em 30,2%) representando 16,7% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2012, esta provisão era de R\$ 19.044, equivalentes a 14,2%. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas.

Risco de liquidez

Decorre da administração do capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a SANASA monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, e financiamentos.

O quadro abaixo representa o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, a valor nominal.

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 4 e 5 anos	Acima de 5 anos
Financiamentos	5.455	13.842	8.353	2.916	2.493	13.030
Empréstimos	-	22.547	30.569	21.818	21.818	33.430
Finame	667	2.495	1.537	1.410	1.264	18
Total	6.122	38.884	40.459	26.144	25.575	46.478

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Sanasa está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos. Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Nos quadros abaixo são considerados três cenários de taxas de juros com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Além desse cenário a CVM, através da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Notas Explicativas

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 30/09/2013	Cenários					
				Provável		Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				℥	Valor	℥	Valor	℥	Valor
Instrumentos financeiros ativos	20.078	variação CDB/CDI	8,72	8,72	1.750	10,90	2.189	13,08	2.627
Instrumentos financeiros passivos	(46.089)	variação da TR	0,09	0,09	(3.802)	0,12	(3.817)	0,14	(3.827)
Instrumentos financeiros passivos	-	variação do INPC	6,97	5,38	-	6,73	-	8,07	-
Instrumentos financeiros passivos	(1.507)	variação da TJLP	5,00	5,00	(196)	6,25	(214)	7,50	(235)
Instrumentos financeiros passivos	(135.703)	variação do CDI	8,72	8,72	(17.539)	10,90	(20.675)	13,08	(23.751)
Instrumentos financeiros passivos	(5.884)	sem risco (BNDES)	-	-	(148)	-	(148)	-	(148)
Total	(169.105)	***	***	***	(19.395)	***	(22.665)	***	(25.334)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 30/09/2013	Cenários					
				Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				℥	Valor	℥	Valor	℥	Valor
Instrumentos financeiros ativos	20.078	variação CDB/CDI	8,72	8,72	1.750	6,54	1.313	4,36	875
Instrumentos financeiros passivos	(46.089)	variação da TR	0,09	0,09	(3.802)	0,07	(3.791)	0,05	(3.780)
Instrumentos financeiros passivos	-	variação do INPC	6,97	5,38	-	4,04	-	2,63	-
Instrumentos financeiros passivos	(1.507)	variação da TJLP	5,00	5,00	(196)	3,75	(176)	2,50	(155)
Instrumentos financeiros passivos	(135.703)	variação do CDI	8,72	8,72	(17.539)	6,54	(14.530)	4,36	(11.454)
Instrumentos financeiros passivos	(5.884)	sem risco (BNDES)	-	-	(148)	-	(148)	-	(148)
Total	(169.105)	***	***	***	(19.395)	***	(17.332)	***	(14.662)

Fonte:

CDI / INPC – Banco Central do Brasil

TR / TJLP – Fontes internas da Companhia e externas de mercado

Notas Explicativas

DIRETORIA EXECUTIVA

Arly de Lara Romêo

Diretor Presidente

Pedro Cláudio da Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio dos Santos

Diretor Técnico

Luiz Carlos de Souza

Diretor Comercial

Lúcio Esteves Júnior

Diretor Administrativo

Antonio Moreira Franco Jr.

Gerente de Controladoria

Jean Carlos Pereira

Coordenador do Setor de Contabilidade
Societária
Contador – 1SP180441/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

São Paulo, 08 de novembro de 2013.

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A
Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações intermediárias tomadas em conjunto.

AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC 2RS003688/O-2 'T' SP
ROGÉRIO WECH ADRIANO
CONTADOR CRC/RS 045525/O-3 'T' SP

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinou as Informações Trimestrais que lhe foram apresentadas, elaboradas de acordo com a legislação vigente, referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2013 e seu comparativo com o período de 30 de setembro de 2012, compostas pelo, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Audilink & Cia Auditores. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes, datado de 08 de novembro de 2013, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do trimestre, o Conselho Fiscal entende que tais documentos estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação do Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade.

Campinas, 08 de novembro de 2013.

LUIS AUGUSTO MICHELIM DA SILVA

WILLIAM RONDINI

CELSO LAPA VETTORI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 e consolidada com a Instrução CVM nº 520, de 16 de abril de 2012, o Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.19.855/0001-37, declaram que:

i. Reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da SANASA do período findo em 30 de setembro de 2013, e seu comparativo com o período de 30 de setembro de 2012, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

Campinas, 08 de novembro de 2013.

Arly de Lara Romêo
Diretor Presidente

Marco Antônio dos Santos
Diretor Técnico

Luiz Carlos de Souza
Diretor Comercial

Lúcio Esteves Júnior
Diretor Administrativo

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Financeiro e de Relações Com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, consolidada com a Instrução CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, o Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.119.855/0001-37, declaram que:

i. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Audilink & Cia Auditores, relativamente às Informações Trimestrais da SANASA do período findo em 30 de setembro de 2013.

Campinas, 08 de novembro de 2013.

Arly de Lara Romão
Diretor Presidente

Marco Antônio dos Santos
Diretor Técnico

Luiz Carlos de Souza
Diretor Comercial

Lúcio Esteves Júnior
Diretor Administrativo

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Financeiro e de Relações Com Investidores